



Cou que gastas  
Fazias a 138  
a 180

# Misericórdia de Braga

Revista  
da Santa Casa da Misericórdia  
de Braga



n: 5  
Dezembro 2009



# Misericórdia de Braga

Revista  
da Santa Casa da Misericórdia  
de Braga



n.º 5  
Dezembro 2009

Título : Misericórdia de Braga  
Revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga

Direcção e Redacção : BERNARDO REIS, DOMINGOS SILVA ARAÚJO e IRENE MONTENEGRO

Supervisão e Coordenação : BERNARDO REIS

Edição : Santa Casa da Misericórdia de Braga

Propriedade : Santa Casa da Misericórdia de Braga  
Edifício Nevarte Gulbenkian  
Tel. 253 205 100 - Fax 253 205 101  
4700-352 BRAGA

ISSN : 1646-3188

Depósito Legal : 233621/05

Data de saída : 31 de Dezembro de 2009

Tiragem : 500 exemplares

Paginação : ULISSES\_200

Execução gráfica : Tipografia Abreu, Sousa & Braga, Lda.  
Rua Areal de Cima - Montariol - S. Victor  
Tel. 253 248 090 - 253 274 161 - Fax 253 248 991  
4700-385 BRAGA

*Todos os direitos reservados.*

## SUMÁRIO

- 7-8 Apresentação  
BERNARDO JOSÉ FERREIRA REIS
- 9-19 O Papel das Misericórdias no Sector da Saúde  
MANUEL DE LEMOS
- 21-64 Hospital de São Marcos (1508-2008)  
Comemoração dos 500 anos  
JOSÉ ALBERTO BRAGA DE SOUSA RIBEIRO
- 65-70 Medalha Comemorativa dos 500 Anos de História  
do Hospital de São Marcos  
HELDER DE CARVALHO
- 71-82 Cultura de Misericórdia  
BERNARDO REIS
- 83-132 O Serviço da Caridade  
SILVA ARAÚJO
- 133-180 Os Congregados de Braga, no contexto do Oratório Português  
JOSÉ MARQUES
- 181-230 Igreja da Misericórdia. História breve (II)  
CÔNEGO ANTÓNIO DA SILVA MACEDO
- 231-239 Monsenhor Domingos da Silva Araújo.  
Serena e firmemente profeta de hoje  
ÁLVARO MAGALHÃES

Teologia, em Braga, no século XVIII, aspecto omissos na história da Cultura, na cidade primaz.

Se o Arcebispo D. Luís de Sousa acolheu e protegeu os fundadores deste Oratório, sabemos, igualmente, que esta instituição, em momentos difíceis – diremos, mesmo, decisivos – beneficiou da protecção régia, como os documentos acima transcritos evidenciam.

Com estas notas sobre alguns aspectos da vida do Oratório de Braga, gostaríamos que os frequentadores desta igreja, em número crescente, se fossem apercebendo de que por trás da sua bela fachada, cujo restauro festejamos, se desenvolveu, desde o último quartel do século XVII, um intenso esforço dinamizador da vida espiritual, que, adaptado para responder às realidades do nosso tempo, continua a situar esta igreja na linha da vitalidade que outrora aqui irradiava.

Braga, Basílica dos Congregados, 12 de Janeiro de 2009.

## Igreja da Misericórdia

### História breve

#### (II)

CÓNEGO ANTÓNIO DA SILVA MACEDO\*

#### 1. Pórtico

O arco mandado construir por D. Diogo de Sousa em 1512, na entrada da rua que hoje tem o seu nome, foi demolido em 1778 para alargar a Porta da Cidade.

Aconteceu quase o mesmo com o “Pórtico da visita guiada” à Igreja da Misericórdia. Foi quase destruído para ser alargado à medida das informações que chegaram ultimamente, aproveitando algumas pedras do primitivo “Pórtico”.

Quando foi publicado o primeiro artigo sobre a Igreja da Misericórdia, na *Revista da Misericórdia* n.º 1, em 2005, ainda as obras não estavam concluídas. Mas “*O empenho da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Braga, empossada recentemente na sua Igreja renovada, justificou a urgência desta edição. Há toda a vontade de fazer coincidir a sua publicação com a abertura ao público da igreja da Misericórdia.*”<sup>1</sup>

\* Capelão da Santa Casa da Misericórdia de Braga  
Reitor da Igreja da Misericórdia.

<sup>1</sup> Cf. *Revista Misericórdia de Braga*, n.º 1, 2005, p. 146. (Ao longo deste trabalho, os textos em itálico, com pequenos acertos, são citação da primeira publicação, indicando-se as respectivas páginas.)

Concluo com um texto cujo autor desconheço, mas que nem por isso deixa de ter uma grande mensagem e de ser motivo de reflexão. Imaginemos Jesus a dizer-nos:

*Tinha fome  
e fundastes um clube  
com fins humanitários  
para discutir a falta de alimentos.  
Estou-vos muito agradecido.*

*Estava preso  
e fostes para a Igreja  
rezar pela minha libertação.  
Estou-vos muito agradecido.*

*Estava nu  
e examinastes seriamente  
as consequências sociais da minha nudez.  
Estou-vos muito agradecido.*

*Estava doente  
e, de joelhos, fostes agradecer ao Senhor  
que vos deu saúde.*

*Pareceis tão devotos,  
tão amigos de Deus!*

*Mas eu ainda tenho fome,  
ainda estou só,  
nu, doente,  
Preso e sem casa...  
Ainda tenho frio.*

Braga, Solenidade do Corpo de Deus de 2009.

## Os Congregados de Braga, no contexto do Oratório Português

JOSÉ MARQUES\*

### 1. Introdução

A jornada cultural festiva que estamos a viver pela conclusão das obras de restauro da fachada desta bela igreja, obriga a deixar uma palavra de merecido louvor ao incansável Reitor, Mons. Domingos da Silva Araújo, e à Irmandade responsável pela gestão administrativa desta Basílica, que, além do que têm feito, deram um excelente exemplo de responsabilidade e interesse pela salvaguarda e valorização deste monumento, que lhes está confiado, constituindo, ao mesmo tempo, um estímulo para que outras instituições bracarenses passem a olhar com mais atenção para o estudo e protecção dos respectivos patrimónios artísticos e culturais. E a par desta palavra de parabéns aos promotores desta obra, desejamos felicitar também os patrocinadores e acrescentar-lhes uma palavra de agradecimento, sem esquecermos os técnicos incumbidos da realização deste delicado trabalho.

A realização e conclusão destas obras chamaram a atenção do público em geral e dos frequentadores desta igreja, em particular, para a fachada e para o interior deste templo, que muitos visitam e admiram pela sua qualidade arquitectónica e pelo valor das esculturas em granito e em madeira e pela talha dos vários altares, mas quase nos atrevíamos a afirmar que poucos se apercebem

\* Prof. Catedrático da Faculdade de Letras do Porto (ap.).

da dimensão histórica e espiritual, latente por trás destas paredes, incluindo as da sua antiga claustro, actualmente ocupada pela Escola de Enfermagem da Universidade do Minho.

Valerá a pena, por isso, chamar a atenção para o facto de esta igreja, sem dúvida um dos centros de espiritualidade mais importantes da cidade de Braga, se situar, de algum modo e de acordo com as exigências do nosso tempo, na linha dos objectivos que presidiram à sua fundação, no último quartel do século XVII, como, mais à frente, teremos oportunidade de esclarecer.

Apesar da escassez documental, tentaremos acompanhar os presentes e os eventuais futuros leitores através da história da Congregação do Oratório em Portugal e, em particular, da desta comunidade, cujos primórdios estão, intimamente, ligados à determinação de um ilustre membro do Cabido, do Arcebispo Primaz, de então, e do próprio Senado da Câmara Municipal.

A fim de facilitar a mencionada viagem mental, cujo percurso pretendemos conduzir ao longo da história da Congregação do Oratório e desta comunidade de Braga, subordinaremos a nossa exposição aos seguintes aspectos:

- Origem e difusão da Congregação do Oratório em Portugal.
- O Oratório de Braga.
- Instituição.
- Aspectos da sua espiritualidade.
- Algumas figuras ilustres.
- Conclusão.

## 2. Origem e difusão da Congregação do Oratório em Portugal

Os primórdios e os caminhos da implantação do Oratório em Portugal são conhecidos, bastando evocar alguns aspectos da obra de Eugénio dos Santos – *O Oratório no Norte de Portugal. Contribuição para o estudo da história religiosa e social*, de 1982<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> SANTOS, Eugénio – *O Oratório no Norte de Portugal. Contribuição para o estudo da história religiosa e social*, Porto, INIC-CHUP, 1985. *Idem* – Oratorianos. In: *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. J-P, pp. 328-334.

A figura central em todo este processo é o P.<sup>e</sup> Bartolomeu de Quental, oriundo de Fenais da Luz, perto de Ponta Delgada, onde nasceu, em 22 de Agosto de 1627. Terceiro filho de Francisco de Andrade Cabral e D. Ana de Quental Novais, muitíssimo dotado intelectualmente e detentor de qualidades inatas de líder aglutinador e de grande facilidade de comunicação, em 1643, face à recusa do irmão mais velho de vir frequentar os estudos superiores no continente, ofereceu-se para o substituir, ao que o pai anuiu para não perder a passagem e porque conhecia as suas capacidades. Estudou na Universidade de Évora e depois na de Coimbra, onde, ainda como diácono, proferiu sermões de grande responsabilidade, aos estudantes e até na Corte. D. João IV nomeou-o capelão da Corte, em cuja capela real, todas as manhãs orientava a oração mental, a que assistiam não só damas e criadas, mas também pessoas da alta nobreza. Além deste serviço prosseguia as suas missões nos campos e noutros pontos da cidade, congregando sacerdotes devotos e zelosos da salvação das almas.

Após a morte de D. João IV, em 1656, foram-lhe surgindo algumas dificuldades e, com autorização do capelão-mor e da própria Rainha, em 1659, instituiu uma congregação de sacerdotes, consagrada a Nossa Senhora das Saudades, sedeadada na capela real, aberta a exercícios públicos a que podiam assistir os fiéis. Dotou-a de *Estatutos*, donde constavam as horas de Oração mental, os dias de disciplina, de confissão, comunhão, conferências e práticas espirituais, etc.

Tudo parecia que se estava perante uma congregação autónoma, nacional, mas, durante o moroso processo de reconhecimento pela Santa Sé, viu-se obrigado a incorporar normas da Congregação do Oratório italiano de S. Filipe de Neri (Fig. 1).

Tendo respeitado as exigências feitas de Roma, a Congregação do Oratório de Lisboa foi autorizada, em 1 de Janeiro de 1668, recebendo o P.<sup>e</sup> Bartolomeu de Quental a provisão, datada de 23 de Março desse ano, começando a vida pública desta Congregação, em 16 de Julho de 1668.

Ultrapassados os obstáculos com que foi deparando, após a erecção do Oratório de Lisboa (1668), outras casas foram surgindo: Freixo de Espada à Cinta (1673), Porto (1680), Braga (1686), Viseu (1688), Estremoz (1697) e o Hospício de Monção, na dependência de Braga, autorizado pelo Arcebispo, em



Fig. 1 – S. Filipe de Neri, elevado ao Céu (Basilica dos Congregados, Braga).

1749 e aberto em 1750. No Ultramar, os Oratorianos abriram casas em Goa e em Pernambuco.

Da importância das casas de Lisboa e do Porto na fundação da de Braga, dir-se-á a seguir<sup>2</sup>.

### 3. O Oratório de Braga

Das breves notas acerca das origens da Congregação do Oratório em Portugal podemos concluir que, embora o núcleo primitivo tenha raízes, essencialmente, portuguesas, só pôde estruturar-se, após a sua filiação na Congregação instituída, em Roma, por S. Filipe de Neri. Quanto à fundação do Oratório, em Braga, sem querermos antecipar conclusões, poderemos afirmar que foi do conhecimento que um capitular bracarense teve do Oratório romano que partiu a ideia da sua implantação na cidade dos arcebispos, contando, para o efeito, com o apoio e intervenção do *prepósito* da comunidade do Porto junto do Padre Bartolomeu de Quental, fundador e responsável pela casa-mãe dos Oratorianos portugueses, em Lisboa. Como veremos, não se trata de artificialismos de retórica, mas de alertar, previamente, para o que passamos a expor.

#### 3.1. Instituição

Na falta de documentação de arquivo, que gostaríamos de poder consultar directamente, dispomos das *Memórias da Congregação do Oratório de Braga para a Chronica Geral das Congregações*, interrompidas em 1771, que, de certo modo, condensam e suprem a falta da referida documentação. E não se estranhe a afirmação de que “gostaríamos” de examinar a documentação que, sem dúvida, existiu, pois, conhecendo a polémica em torno das crónicas monásticas e religiosas do século xvii, bem poderá tomar-se este desiderato como advertência sobre a utilização de certos aspectos da literatura cronística, nela incluídas estas *Memórias*.

<sup>2</sup> SANTOS, Eugénio – *O Oratório*, pp. 15-49.

Teremos, por isso, de nos orientar pelo que, pouco mais de um século após a sua fundação, era a memória que o cronista dos Congregados de Braga conseguiu recolher acerca da origem desta Casa e dos seus membros mais célebres da primeira centúria da sua existência, cujas virtudes, permaneceram na memória colectiva dos seus confrades e do público que frequentava esta igreja.

Segundo as referidas *Memórias da Congregação do Oratório de Braga*<sup>3</sup>, a iniciativa da fundação desta comunidade deve-se ao cônego prebendado da Sé Primaz, João Meira Carrilho, comissário do Santo Ofício da Bula de Cruzada, natural de Castelo Branco, no bispado de Portalegre, que, tendo conhecido, em Roma, o êxito dos exercícios espirituais orientados pela Congregação do Oratório, desejava que esta Congregação se instalasse também na cidade de Braga. Nesse sentido, em 1684, escreveu ao P.<sup>o</sup> Manuel Rodrigues, *prepósito* – entenda-se: *director* – da Congregação do Oratório, na cidade do Porto, pedindo-lhe que tomasse esse projecto à sua conta, oferecendo-lhe para o concretizar a significativa quantia dez mil cruzados.

Naturalmente, a proposta e oportunidade de poder expandir a Congregação a que pertencia agradava-lhe e, nesse sentido, recorreu ao P.<sup>o</sup> Bartolomeu de Quintal, que o incumbiu de responder ao Cônego João Carrilho em sentido afirmativo, mas sem fixar uma data, dado que se impunha estudar o assunto, essencialmente, por falta de sacerdotes que pudessem assumir tal missão.

O capitular sentia que as forças lhe iam faltando e não queria falecer sem ver concretizado tal desiderato, tendo insistido várias vezes nesse sentido. O assunto mereceu a melhor atenção ao fundador e superior do Oratório de Lisboa. Conhecemos os convites à apresentação de sacerdotes voluntários para a implantação de uma nova casa do Oratório, na cidade de Braga, tendo os dois primeiros sido escusados: num caso, mercê da idade avançada e da

<sup>3</sup> Arquivo Distrital de Braga [ADB], Ms. 162 – *Memórias da Congregação do Oratório de Braga para a Chronica geral das Congregações*. Embora o título destas *Memórias* sugira que se destinavam a integrar ou, ao menos, fornecer elementos para a *Chronica geral*, podemos esclarecer que tal obra nunca se realizou, nem há notícia de ter havido qualquer tentativa de concretização, peio que estas de Braga e as de outras casas da Congregação não passam de *Memórias* específicas das respectivas comunidades.

falta de saúde, e no outro, dado tratar-se de um sacerdote ainda muito jovem, cuja falta de experiência aconselhava a não o deixar partir.

Por fim, ofereceram-se os P.<sup>os</sup> José do Vale e Francisco Rodrigues, que, em Agosto de 1685, chegaram ao Porto, tendo-se instalado na casa da Congregação, donde foram programando a entrada em Braga. Neste sentido, encontrando-se, ainda, no Porto, puderam contar com a inestimável colaboração do P.<sup>o</sup> Manuel Rodrigues, que, além de elemento de ligação entre o Cônego João Meira Carrilho e o superior P.<sup>o</sup> Bartolomeu de Quintal, era grande amigo do arcebispo D. Luis de Sousa, com quem tinha convivido, durante vários anos, no Colégio de S. Paulo, em Coimbra, quando ambos eram professores na Universidade<sup>4</sup>.

Em Janeiro de 1686, o P.<sup>o</sup> Francisco Rodrigues dirigiu-se para Braga, acompanhado pelo P.<sup>o</sup> Manuel Rodrigues, tendo sido recebidos e instalados pelo Prelado, ou no seu Paço, aos quais se veio juntar, pouco depois, o P.<sup>o</sup> José do Vale. Mercê do valor do projecto apostólico que os trazia a Braga, da amizade entre o Arcebispo e o antigo colega na docência universitária, em Coimbra, e às funções que este, agora, exercia no Oratório do Porto, o Prelado, além do acolhimento e hospedagem que lhes proporcionou, deu-lhes todo o apoio e conveniente orientação, nesta fase delicada da sua implantação nesta cidade.

Neste contexto, o cônego João Meira Carrilho rejubilou, faltando-nos saber como terá reagido a algumas contrariedades que, pouco depois, foram surgindo, se é que teve conhecimento das mesmas.

Estes congregados tinham urgência de iniciar a implantação da casa destinada à comunidade nascente e da igreja, indispensável à estruturação do apostolado que vinham exercer, em Braga e através do vastíssimo território diocesano. O Arcebispo, que os tinha, recolhido, na sua qualidade de Prelado e Senhor de Braga, estava em condições de lhes conceder a necessária autorização, mas aconselhou-os a formularem, previamente, o pedido de licença ao Senado da Câmara Municipal, que, em última instância, dependia da sua autoridade senhorial. Pretendia, assim, concitar a boa vontade do próprio Senado

<sup>4</sup> O Arcebispo tinha sido Lente de Prima de Teologia, durante cinco anos, e o P.<sup>o</sup> Manuel Rodrigues foi, primeiro, Lente de Leis, isto é, de Direito Civil, e, depois, de Cânones (*Memórias*, fl. 3).

municipal a proteger esta obra, valendo a pena transcrever o despacho integral dado ao pedido apresentado: — «Damos licença para que os Rev.<sup>dos</sup> Padres possam escolher o sítio nesta cidade conveniente ao seu ministério preferindo-se primeiro a eleição do Ill.<sup>mo</sup> Senhor Arcebispo. Braga, em Câmara, Fevereiro 13 de 1686. Porto Carrero. Correa. Marinho. Farroma».

Nesse mesmo dia, o Arcebispo passou-lhes a provisão, do teor seguinte:

— «Dom Luis de Sousa por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Espanhas, do Conselho de Estado del Rey meu Senhor, e seu Summilher de Cortina, etc. Fazemos saber aos que esta nossa Provizão virem que por parte dos Padres José do Valle e Francisco Rodrigues da Congregaçam do Oratório de Nossa Senhora da Assumpção, ad instar da de S. Phelipe Neri, da Corte e da cidade de Lisboa, nos foi exposto que elles vierão a esta Cidade com animo e intento de fundar nella hũa Casa do seu Instituto; e porque os ministérios delle se dirigem ao aproveitamento espiritual dos próximos por meio dos santos exercícios da oração mental, praticas espirituais, missões, administração dos Sacramentos e outros de piedade, de que por mercê de Nosso Senhor tem rezultado, aonde se praticão, muito fructo e reforma de costumes; e nestes ministérios se desejão elles supplicantes empregar neste Arcebispado em beneficio dos fiéis delle, e que se empreguem os mais Congregados que ao diante Nosso Senhor for servido chamar para o seu serviço e para fazerem a dita fundação com sua devida clauzura, administrarem o Santíssimo Sacramento e terem Sacrário, quando tiverem lugar decente, lhes era necessário preceder licença nossa na forma dos Sagrados Cânones; portanto nos pedião por serviço de Nosso Senhor lhes fizéssemos mercê mandar passar Provizão, concedendo-lhes por ella licença e faculdade para se erigir e fundar a dita Congregaçam do Oratório de Nossa Senhora da Assumpção, ad instar da de S. Phelipe Neri, em sua devida clauzura com os Estatutos e Constituições da de Lisboa, e exercitarem os ministérios assima referidos, e os mais de seu Instituto, e administrar para esse efeito o Santíssimo Sacramento da Comunhão, ter Sacrário com o Senhor, e hir ás Missoens por este Arcebispado, e receberão mercê.

E considerando Nós como nos incumbe por obrigação do nosso pastoral officio procurar o bem espiriual de nossas ovelhas, e que para este fim poderão ser mui efficaz os exercícios da dita Congregaçam, e que resultará da erecção della muito fructo espiriual e aproveitamento das almas de nossos súbditos: e ponderando outro sim que os Estatutos da dita Congregaçam estão confirmados pelo Summo

Pontífice Clemente X: havemos por bem conceder licença aos ditos P.<sup>es</sup> José do Valle e Francisco Rodrigues para que possam fundar nesta cidade Caza e Convento da dita Congregaçam do Oratório de Nossa Senhorada Assumpção, ad instar da de S. Phelipe Neri com sua devida e necessária clauzura, com Estatutos e Constituições da de Lisboa, e fazer os Exercícios do seu Instituto, administrar o Sacramento da Eucaristia na igreja que tiverem, e para esse effeito ter nella sacrário com o Senhor, sendo primeiro por Nós, ou por nosso mandado vista e examinada a decência e segurança do lugar; e que possam administrar o Sacramento da Penitencia os que por nos forem approvados pelo tempo em que o forem e para este effeito nos serão propostos pelo Padre Preposito que for da dita Congregaçam por patente sua: e poderão os confessores da dita Congregaçam administrar huns aos outros e a todos seus familiares, posto que seculares, os ditos e quaisquer outros Sacramentos, ainda pela obrigaçam da Quaresma e artigo de morte, como se seus parochos forão; e os Prelados da dita Congregaçam poderão absolver aos seus súbditos dos cazos a Nós reservados, não porém a outras pessoas sem especial concessão: e poderão dar sepultura na sua igreja a quaisquer pessoas, sem prejuízo dos direitos parochiais das ofertas devidas pelas nossas Constituições nos obitos e enterros. E poderão outrosim hir ás Missoens por este Arcebispado, e fazer nelle doutrinas e praticas espirituais, não sendo por Nós impedidos, nem mandado o contrario; para o que os parochos nossos súbditos lhes darão toda a ajuda e favor, e sendo por elles requeridos mandarão tanger os sinos e campainhas pelas ruas para convidar o povo. O que tudo lhes concedemos e havemos por bem que logrem para que com mais fructo possam exercitar seus ministérios, sendo nosso intento confirmar-nos em tudo com o que dispõem o Sagrado Concilio Tridentino e Constituições Apostólicas no tocante ás fundaçoes e creaçoes de novos recolhimentos e congregaçoes, sem nos apartarmos de suas disposições em cousa algũa. Pelo que mandamos a todos nossos súbditos assim ecclesiasticos como seculares, em virtude de Santa Obediência e sob pena de excomunhão cumprão e guardem esta nossa Provizão e não vão contra ella nem em todo nem em parte.

Dada em Braga sob nosso sinal e sello de nossas armas aos 13 do mês de Fevereiro de 1686 annos. Manoel de Gouveia e Figueiredo nosso Secretario a fez de nosso mandado. = Arcebispo Primaz = Lugar do sello e armas»<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Memórias, fls. 3v-5.

Seguiam em bom ritmo os primeiros passos para a fundação do Oratório de Braga, em que os P.<sup>es</sup> José do Vale e Francisco Rodrigues, a par da sua acção espiritual no meio bracarense, tão empenhados andavam, contando com o apoio do P.<sup>e</sup> Manuel Rodrigues, responsável ou *prepósito* da Congregação na cidade do Porto, que os tinha acompanhado na sua vinda para Braga, quando, inesperadamente, foi chamado pelo Rei a Lisboa, a fim de o consultar em assuntos importantes da governação do Reino, tendo partido para a capital, no dia 15 de Fevereiro. Nesse mesmo dia os dois oratorianos despediram-se do Prelado, que tão generosamente os acolhera no Paço Arquiepiscopal, e foram instalar-se numa casa de Miguel Barreto, situadas em frente da Porta do Sol da Sé Primaz, com a intenção de aí permanecerem, enquanto não dispusessem de casa própria. Esta posição estratégica permitia-lhes deslocarem-se à Sé, sem grande perda de tempo, não só para aí celebrarem, mas também poderem fazer os exercícios da oração mental e outros que eram típicos desta Congregação.

A sua primeira preocupação foi apresentarem-se à população de Braga, mediante uma missão de oito dias, iniciada na Sé, no primeiro domingo da Quaresma desse ano de 1686, à qual concorriam pessoas de todos os estratos sociais da cidade. O êxito foi enorme, não faltando verdadeiras transformações na vida particular de muitas pessoas.

Terminada a missão, continuaram os exercícios diários, mas agora na capela de S. Geraldo, a fim de não expor o património da Sé a eventuais perigos de insegurança. Além das práticas espirituais diárias, o serviço do confessor era intenso, mal lhe sobrando tempo para tomarem as refeições do almoço – que então se dizia jantar –, tendo visitado também o Aljube, o Castelo, o Hospital e, sobretudo, as casas a que eram chamados para atender os enfermos que não se podiam deslocar à capela de S. Geraldo.

O P.<sup>e</sup> José do Vale, de débil saúde, conseguiu resistir ao intenso trabalho dos primeiros tempos da actuação dos Oratorianos em Braga, mas o seu companheiro, P.<sup>e</sup> Francisco Rodrigues, considerado mais resistente, adoeceu, gravemente, em Junho seguinte, e, apesar de toda assistência médica dispensada pelos lentes de Medicina, na Universidade de Coimbra, António Ferreira

Farroma e Manuel Freire, que tinham vindo visitar o Arcebispo, faleceu, em 13 de Julho de 1686<sup>6</sup>.

Do funeral incumbiu-se a Irmandade os Clérigos de S. Pedro, que o levaram a sepultar à Sé, tendo-se incorporado no cortejo fúnebre todo o Cabido e muitos religiosos. Os ofícios fúnebres fizeram-se com a mesma solenidade que se faziam os dos capitulares, tendo sido sepultado na nave do Santíssimo, junto da antiga escada do Coro, donde, cinquenta e três anos depois, foi trasladado para a igreja dos Congregados, tendo-se realizado as cerimónias da solene trasladação, nos dias 2 e 3 de Novembro de 1739<sup>7</sup>.

A morte do P.<sup>e</sup> Francisco Rodrigues constituiu um rude golpe na concretização do projecto que o trouxera a Braga. Após o funeral do seu estimado companheiro, o P.<sup>e</sup> José do Vale escreveu para as casas do Porto e de Lisboa a solicitar o envio de quem o pudesse ajudar, mas não surgiu qualquer resposta afirmativa aos seus veementes apelos, dirigidos ao responsável máximo pela Congregação, P.<sup>e</sup> Bartolomeu de Quental. O único apoio provisório veio-lhe do Porto, por meio dos P.<sup>es</sup> Manuel Borges e Manuel Marques, enviados em seu auxílio, enquanto não surgiam outros sacerdotes para procederem à desejada erecção da Congregação de Braga, que, de outro modo, morreria à nascença.

Em 9 de Agosto, o P.<sup>e</sup> José Vale escreveu uma comovente carta aos confrades de Lisboa<sup>8</sup>, também sem resultados. Por fim, o P.<sup>e</sup> Bartolomeu de Quental lembrou-se de sondar o P.<sup>e</sup> Manuel Barbosa, anteriormente preterido, dada a sua juventude, para verificar se conservava a disponibilidade inicial. Tendo aceite o convite, chegou a Braga, acompanhado pelo P.<sup>e</sup> Manuel de Vasconcelos, no dia um de Outubro de 1686<sup>9</sup>.

A presença destes dois novos companheiros, aliviou, parcialmente, as preocupações do P.<sup>e</sup> Vale, que logo partiu com um deles para uma missão em Ponte de Lima, onde não encontraram quem nos recebesse, sendo-lhes, mesmo, difícil hospedarem-se numa estalagem local. A população de Ponte de Lima, porém, ficou-lhes muito grata por este valioso serviço espiritual.

<sup>6</sup> *Memórias*, fls. 7-7v.

<sup>7</sup> *Memórias*, fls. 97-97v.

<sup>8</sup> *Memórias*, fls. 9v-10v.

<sup>9</sup> *Memórias*, 10v-11v.

Após o regresso a Braga, perseguia-os a urgência de encontrarem local para erigirem a casa conventual. Em relação a diversos espaços que lhes pareciam reunir as condições necessárias, só encontraram obstáculos, tendo, finalmente, o proprietário de umas casas em ruínas, no lado sul do Campo ou Praça de Santa Ana, acedido a vender-lhas. Apesar de insuficientes, constituíram o ponto de partida para aí se implantarem e para adquirirem mais algumas casas e terrenos necessários.

Durante seis meses procederam às obras indispensáveis para prepararem o alojamento, minimamente aceitável, para os congregados e a igreja para os exercícios habituais, e, em 24 de Maio de 1687, o P.<sup>o</sup> José do Vale, acompanhado pelos seus companheiros, devidamente autorizado pelo Prelado, na presença de diversas autoridades e da população que acorreu ao acto, benzeu a nova igreja improvisada e colocou o Santíssimo Sacramento no sacrário, passando este dia a ser considerado como o da fundação do Oratório de Braga, como bem afirma o cronista:

– «Este foi o dia, em que a Congregaçam de Braga teve seu principio, 24 de Mayo de 1687, véspera da SS.<sup>ma</sup> Trindade e ante-vespera de Nosso glorioso Patriarcha S. Philipe Neri. Neste dia começou a lançar raízes esta nova planta, que tem dado já para Deus Senhor Nosso copiosos fructos. Não há duvida que os princípios desta Congregaçam forão em tanta humildade e pobreza que bastarão a desanimar outro coração que não fosse o do P. José do Valle, e faze-lo duvidar da permanência da Congregaçam nesta cidade; mas elle tinha hũa firme confiança em Deus, que o chamou e ajudou visivelmente para dar principio a esta grande obra do seu serviço, de que tão bem lhe daria não so estabilidade e firmeza, mas grandes progressos e augmentos»<sup>10</sup>, como no decurso desta exposição, facilmente, se verificará.

A consolidação desta nova casa do Oratório, erecta na cidade de Braga, carecia da confirmação pontificia, que lhe foi outorgada, pelo Papa Alexandre VIII, pela bula *Ad Pastoralis dignitatis fastigium*, de 13 de Setembro de 1690, pela qual «*aprova, e confirma com Sua Autoridade Appostólica a erecção desta Congregaçam dos Clérigos Seculares na cidade de Braga, com o título e invocação de N.<sup>a</sup> Senhora da Assumpção, ad instar da Congregaçam do Oratório de S. Philipe Neri em Roma, e da de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Assumpção em Lisboa, que pouco antes*

*havia confirmado Clemente X e aprovado as suas Constituições ou Estatutos particulares...»*<sup>11</sup>.

Se o dia 24 de Maio de 1687 é considerado como a data oficial da erecção do Oratório de Braga, o dia 13 de Setembro de 1690 deverá ser tido como o data da sua consolidação pela autoridade pontificia, que, ao mesmo tempo, a exornou com diversos privilégios, superando, assim, definitivamente, as dificuldades dos primeiros tempos<sup>12</sup>.

Traçámos, de forma bastante rápida e esquemática, as linhas essenciais da fundação do Oratório de Braga, ficando-nos a consciência da precariedade das instalações onde viviam os membros desta jovem comunidade e da pequenez da improvisada igreja, núcleo central de toda a actividade religiosa disponibilizada à população bracarense, instalações que deveriam aguardar bastantes anos até serem substituídas.

De acordo com a informação do cronista desta comunidade, foi preciso esperar pelo ano de 1702 para se dar início às sumptuosas obras destinadas à conveniente e definitiva instalação dos padres congregados e dos jovens que aí se preparavam para assumirem a responsabilidade de continuarem a dinâmica deste Instituto, cuja acção tão bons resultados já estava a dar, com reflexos profundos na mentalidade dos bracarenses, incluindo o Arcebispo, D. João de Sousa. Além do Prelado, não faltaram clérigos e leigos dispostos a patrocinar as obras da igreja, iniciadas em 1703. Fazendo eco da informação veiculada pelo autor da *memória* que estamos a seguir, impõe-se salientar os nomes do Cónego Diogo Dias de Castro Coelho e dos seguintes mercadores de Braga: Paulo Francisco, que veio a entrar neste Oratório, Francisco Ferreira de S. Paio, Gabriel de Barros e Francisco Ribeiro, moradores na rua do Souto, e ainda Jacinto da Silva Coelho e outros, tendo todos concorrido para que as obras da actual igreja se iniciassem no referido ano de 1703.

Com os habituais abrandamentos do ritmo de trabalho, periodicamente, imposto pela falta de recursos e pelo litígio judicial instaurado pelos filhos de Diogo Lopes de Lemos, que tentaram impedir a construção do lado poente

<sup>11</sup> *Memórias*, fl. 14.

<sup>12</sup> *Ibidem*.

da igreja, as obras foram prosseguindo e, em 1717, estava construída a capela-mor e a parte da nave, até um pouco além dos dois púlpitos, tendo sido necessário suspender os trabalhos por falta de verbas.

Faltava ainda avançar com os alçados laterais, a seguir aos púlpitos, fazer o coro, a frontaria e as torres, que teriam de aguardar melhores dias.

A residência dos congregados já estava instalada no edifício anexo. Impunha-se, por isso, fechar a parte da nave já referida e proceder à bênção desta nova igreja, embora ainda incompleta, mas com outra amplitude e melhores condições do que o espaço de que até então se serviam, para poderem dispor de uma certa normalidade nas instalações e no local do culto.

O arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles concordou, mas andando em visitas pastorais fora de Braga, delegou no seu coadjutor, D. Luís Álvares de Figueiredo, bispo titular de Uranópolis, que, no dia 28 de Outubro de 1717, festa dos Apóstolos S. Simão e S. Judas, procedeu à bênção desta igreja, perante grande concurso de povo, que rejubilava pela sua abertura ao público, embora ainda inacabada. No dia 31 do mesmo mês, foi celebrada uma grande festa em honra de S. Filipe de Neri, patrono do Oratório, a que voltou a presidir o mesmo D. Luís Álvares de Figueiredo<sup>13</sup>.

Tinham passado cinquenta anos após a instituição do Oratório de Braga, que, não obstante as inúmeras dificuldades, tinha continuado a cumprir a sua missão e, agora, via concretizada e consolidada a segunda fase do projecto desta comunidade.

Os Congregados de Braga sentiam as dificuldades que certos poderosos locais se esforçavam por lhes causar e solicitaram a protecção régia, que D. João V concedeu a esta comunidade, por alvará de 12 de Julho de 1744, nos seguintes termos:

— «Eu El Rey faço saber que tendo consideração ao que se me representou por parte do Preposito e Congregados da Congregação do Oratório de Nossa Senhora da Assumpção, fundada no Campo de Santa Anna da Cidade de Braga pelo Padre José do Valle, filho da Congregação da Cidade de Lisboa, visitador geral das Congregações do Oratório deste Reyno; na qual Congregação de Braga se exercitão os seus

<sup>13</sup> *Memórias*, fls. 67-68v.

*Congregados com exemplar procedimento, em observância do seu Instituto, na frequência da oração mental, praticas doutrinarias, missoens pelo districto daquele Arcebispado, e Estudos de Filosofia e Teologia Especulativa e Moral, com grande utilidade e aproveitamento do povo, e em muitas e louváveis obras de caridade, com geral aceitação da sua vida e virtudes, que servem de estímulo para os mesmos povos as imitarem; e desejando Eu concorrer para a perseverança e augmento do Reyno, inspirando-me Luz Superior para o acerto do governo d'elle:*

*Hei por bem de tomar a dita Congregação debaixo da Minha Protecção Real, esperando que nas suas virtudes floreaça cada vez mais a mesma Caza da Congregação para maior gloria de Deos e bem das almas: com o qual executarei as demonstraçoens da boa vontade e propensão que lhe tenho, em tudo, que se offerecer a bem da sua conservação e acrescentamento; e para constar do referido, lhe mandei dar o presente Alvará, que quero tenha força e vigor como se fora carta feita em meu nome e passada pella Chancellaria, não obstante as Ordenaçoens do Livro 2.º Título 39 e 40, que o contrario dispõem.*

*Dado em Lisboa aos 12 de Julho de 1744. Rey»*<sup>14</sup>.

Com o disposto neste alvará, a Congregação do Oratório de Braga sentiu-se confirmada e sustentada pela mão do monarca, que, assim, neutralizava todas as tentativas dos seus inimigos, com grande júbilo do congregados e veemente agradecimento a Sua Alteza.

Cinco anos depois, em 1749, o Oratório de Braga intervinha na fundação da Congregação do Oratório da Vila de Monção, cujos pormenores não vem a propósito desenvolver, bastando assinalar que é mais uma manifestação da sua vitalidade apostólica e amor ao ensino<sup>15</sup>.

Como esta Congregação tinha assumido a incumbência dos estudos públicos em Monção, pretendeu comprar bens de raiz, cujos rendimentos assegurassem o pagamento das despesas. A fim de contornar a proibição de tais bens, prevista nas *Ordenações*, recorreu, de novo, ao mesmo monarca, que anuiu ao pedido formulado, em 11 de Dezembro de 1749. Na Chancelaria exigiam uma elevada taxa pela passagem da respectiva Provisão, que a Congregação não

<sup>14</sup> *Memórias*, fls. 112-112v.

<sup>15</sup> *Memórias*, fl. 126.

tinha e também não queria pagar. Entretanto, D. João V adoeceu e veio a falecer, pelo que só no reinado de D. José I é que foi alcançada, gratuitamente, com data de 22 de Maio de 1755<sup>16</sup>.

Após diligências iniciadas em Roma, em 12 de Dezembro de 1758, e prosseguidas em Braga, em 12 de Dezembro de 1760, no dia 18 de Janeiro de 1761, com a presença de D. Gaspar de Bragança, foi instituída, com grande solenidade, a Irmandade de Nossa Senhora das Dores (Fig. 2), que, em menos de quatro anos, viu o número de irmãos ascender a mais de setenta mil, espalhados por Portugal e seus domínios<sup>17</sup>.

Finalmente, perdida a esperança de receber a herança deixada por D. Maria Eugénia da Silva Melo, após a publicação das leis testamentárias, em 1761, iniciaram-se as obras da igreja, acima mencionadas – conclusão da nave, coro, fachada e torres (Fig. 3) –, segundo o risco de André Soares<sup>18</sup>, que, em 1766, se deram por concluídas, embora só com a torre do lado nascente, elevada até à última cornija, e a do lado poente até à altura necessária para segurança do arco do coro<sup>19</sup>.

Assim permaneceram até que o Comendador António Nogueira da Silva, no terceiro quartel do século xx, patrocinou a conclusão da fachada e a remodelação da igreja.

### 3.2. Aspectos da sua espiritualidade

Tendo aludido, de forma breve, ao contexto e às vicissitudes relativas à fundação deste Oratório, impõe-se, agora, entrar dentro desta comunidade a fim de tentarmos compreender a sua estruturação interna, captar os seus

<sup>16</sup> *Memórias*, fls. 138v-139v.

<sup>17</sup> ADB, Ms. 162, fls. 147-150v. Publ. por ROSÁRIO, O.P., Frei António do – «A Irmandade de Nossa Senhora das Dores – glória primacial de Braga». In: *Bracara Augusta*, Braga, vol. 24 (fasc. 57-58 (69-70), Jan.-Dez. de 1972 (Separata de 1972, 13 p.).

<sup>18</sup> Cf. SMITH, Robert. C. – *André Soares. Arquitecto do Minho*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973, p. 45.

<sup>19</sup> *Memórias*, fls. 168-169. Atendendo a que Eduardo Pires de Oliveira tratará dos aspectos artísticos desta igreja, não nos deteremos em mais pormenores, bastando-nos situar cronologicamente as diversas fases da construção desta igreja.



Fig. 2 – Imagem de Nossa Senhora das Dores.



FOTO: JOSÉ DE SOUSA REBEIRO

Fig. 3 – Fachada da Basílica dos Congregados.

objectivos e os principais meios utilizados para os atingir. Neste sentido, é imprescindível familiarizarmo-nos com os *Estatutos da Congregação dos Clérigos do Oratório de Nossa Senhora da Assumpção erigida ad instar da de S. Philipe Neri*<sup>20</sup>, que, logo na fl. 1, advertiam os que entravam nesta Congregação dos dois objectivos que deviam ter sempre presentes, nomeadamente: a reforma individual, em ordem a atingirem maior perfeição, e ocuparem-se, com todo o cuidado, da salvação e aproveitamento espiritual do seu próximo, movendo-o com o seu exemplo à conversão e à perfeição espiritual, estando os *Estatutos* organizados de forma a responderem a este três aspectos:

- 1 – reforma individual dos congregados;
- 2 – aproveitamento espiritual do próximo;
- 3 – governo espiritual e temporal da comunidade.

Numa tentativa de dar a conhecer as principais linhas e objectivos da espiritualidade das comunidades oratorianas e, por isso, também vigentes na de Braga, seleccionaremos as determinações mais significativas de cada um dos três sectores dos *Estatutos da Congregação dos Clérigos do Oratório*, evidenciando essas três linhas e integrando-as no subtítulo geral, relativo à espiritualidade.

### 3.2.1. A reforma individual dos congregados

Para responder às exigências deste primeiro ponto, teriam todos os dias de manhã uma hora de oração mental, na capela privativa da comunidade (Fig. 4), levantando-se para isso, às quatro da manhã, no Verão, e às cinco, no

<sup>20</sup> ADB, Ms. 454: Jesus Maria Joseph. *Estatutos da Congregação dos Clérigos do Oratório de Nossa Senhora da Assumpção erigida canonicamente ad instar da de S. Philipe Neri*. Aprovados em 12 de Janeiro de 1670 (cf. fl. 34v). Nos casos seguintes, citaremos, de forma abreviadas: *Estatutos*, fls... Na elaboração deste estudo, utilizámos o manuscrito que acabamos de referir. Preferimo-lo à versão, com grafia actualizada, publicada por José Sebastião da Silva Dias na obra *A Congregação do Oratório de Lisboa. Regulamentos primitivos*, Universidade de Coimbra, 1966, pp. 5-38.



Fig. 4 – Capela privativa da comunidade, impropriamente dita dos «monges».

Inverno, orientada pelo *prepósito* ou quem por ele fosse incumbido de o substituir, sendo o tempo controlado por um relógio de areia ou ampulheta, de uma hora. De tarde, teriam mais meia hora de oração mental, com a diferença de que a hora da parte de manhã se destinava, apenas, aos Congregados, ao passo que a meia hora da tarde deveria ter lugar na igreja, a fim de que as pessoas interessadas pudessem assistir. Os congregados, além de dedicarem à oração mental outros momentos de que, eventualmente, pudessem dispor, deveriam também inculcar e ensinar a outras pessoas este mesmo exercício.

Independentemente da influência directa do Oratório romano de S. Filipe de Neri e do francês, promovido pelo Cardeal Pedro Bérulle, não é difícil detectar aí também intensos reflexos dos *exercícios espirituais* de Santo Inácio de Loiola, que introduziram uma profunda inovação, em relação aos princípios da *devotio moderna*.

À noite, os congregados tinham um quarto de hora de exame de consciência, já recolhidos nos respectivos aposentos – «*cubículos*», nos termos dos *Estatutos* –, e, imediatamente, antes do início do descanso nocturno, às 22 horas.

Além destes exercícios voltados para a perfeição individual, os congregados não podiam esquecer a dimensão apostólica, que, desde a origem, integrava os objectivos desta Congregação, motivo pelo qual não fazia parte das obrigações dos seus membros a recitação das horas canónicas em Coro, assim, claramente, expressa nos seus *Estatutos*:

– «*Como esta Congregação se não institue propriamente para Coro (porque para rezarem em Coro tem nos [o] patriarca S. Pedro muitos filhos e poucos que tratem dos fins para que esta Congregação se institue) se não trata desta ocupação nestes Estatutos: além de que tem já mostrado a experiência, assim pela repartição das horas para a Oração mental e mais exercícios espirituais particularmente para os de casa e comuns para os de fora, como pela observância dos mais estatutos e tão frequente [sic] ocupação com os próximos, e o mais necessário para este fim, não ser possível continuar-se o Coro sem grande prejuizo das ditas ocupações: have-lo-há, contudo, e missas cantadas em algumas festas mais celebres do ano, como se observa na Congregação de São Phelippe Neri, das quais se fará pauta particular, conforme o número de sujeitos que houver na Congregação para esta e as mais ocupações.*

*E se pelo tempo adiante por crescer o numero dos sujeitos ou outras razoens, se achar conveniente haver Coro, o haverá, mas sem perjuizo da observância destes estatutos e exercícios espirituais, particularmente da Oração Mental nelles determinado, assim para os da caza, como para os de fora; mas em todo o tempo presente e futuro, assim o rezado como o cantado há de ser a cantochão»<sup>21</sup>.*

Os padres congregados celebrariam todos os dias – após conveniente preparação e, quanto possível, confessar-se-iam também todos os dias –, com devoção e perfeição, não devendo demorar mais de meia hora, seguida da acção de graças<sup>22</sup>. Os irmãos leigos comungariam de oito em oito dias e nos intervalos se houvesse algum jubileu ou motivo determinante.

Além da devoção eucarística, os congregados seriam muito devotos da Santíssima Virgem, devendo rezar o terço, o ofício, a coroa, devendo reunir-se todos antes da refeição da noite para rezarem a ladainha.

Por ocasião da admissão na Congregação, deviam comprometer-se a defender a Imaculada Conceição de Nossa Senhora, tal como «hoje fazem as Universidades do Reyno» (Coimbra e Évora)<sup>23</sup>.

Nas quintas-feiras, os congregados deviam usar o cilício durante três horas, em louvor do Santíssimo Sacramento; às sextas-feiras jejuariam em louvor de Cristo e de Nossa Senhora, sabendo-se que a prática do jejum devia observar-se também ao longo do tempo do Advento<sup>24</sup>.

Não obstante as práticas até aqui invocadas, tinham de se dedicar ao exercício de todas as virtudes: castidade, humildade, obediência, pobreza, paciência, caridade, mortificação, tudo fazendo com muita perfeição e recolhimento, de forma a serem motivo e estímulo dos outros à sua reforma espiritual, segundo a palavra de S. Pedro: *forma facti gregis*<sup>25</sup>.

Em relação ao público que pretendiam servir espiritualmente, deviam executar com a máxima perfeição os exercícios de devoção e penitência «com a invocação de N.ª Senhora das Saudades» para perpetuar a memória do local

<sup>21</sup> Estatutos, fls. 2v-3v. Seguem-se, cortadas, 5 linhas e meia.

<sup>22</sup> Estatutos, fls. 3v-4.

<sup>23</sup> Estatutos, fls. 4v-5.

<sup>24</sup> Estatutos, fl. 5.

<sup>25</sup> Estatutos, fl. 5v.

em que se iniciaram estes santos exercícios, que devia ser diário, sem qualquer dispensa ou excepção ao longo do ano, que terminaria sempre «pelas Ave-Marias».

Após o termo do exercício da tarde, a que assistiam os padres e os irmãos da casa, devia seguir-se outro para as pessoas que não puderam assistir ao primeiro<sup>26</sup>. Nestes exercícios, haveria uma leitura espiritual e, depois, meia hora de oração mental, marcada por relógio de areia (*ampulheta*), e comemorações vocais. Nas 2.ª, 4.ª e 6.ª, haveria disciplina. Nos sábados cantava-se a ladainha «a capucha» e os assistentes eram estimulados a frequentarem a confissão e a comunhão<sup>27</sup>.

A comunidade do Oratório deveria ser governada por um Prefeito Espiritual, cargo para o qual deveria ser escolhido o mais prudente, fervoroso, espiritual e experimentado.

### 3.2.2. Ao serviço espiritual do próximo

Os Oratorianos deveriam dedicar-se, intensamente, à actividade do confessional, devendo estar semanalmente destinados a esta actividade um ou dois sacerdotes, disponíveis para atenderem que desejasse.

O centro principal da sua actividade era a sua igreja, sabendo-se que na cidade só aí deviam pregar, estando também incumbidos de visitarem a Cadeia, a fim de darem assistência espiritual aos presos.

Outra dimensão da actividade dos Oratorianos era a evangelização, devendo, à semelhança da experiência iniciada pelo próprio Jesus com os seus discípulos, ir dois a dois ao encontro dos fiéis carenciados da Palavra de Deus. A sua função missionária concretizar-se-ia em lutar contra «a ignorância crassa que geralmente há dos Mistérios de Fé, confissões nulas de muitos anos por negligência ou pejo com notável perda das almas por esse respeito e grande descuido da salvação em que se vem por falta de despertadores, como tudo nos consta por experiência: e assim os nossos padres irão dous e dous a certas missoens e a imita-

<sup>26</sup> Estatutos, fls. 7v.

<sup>27</sup> Estatutos, fl. 8

ção dos Discípulos de Christo, especialmente por este Arcebispado, alcançando do Senhor Arcebispo ou quem suas vezes fizer licença para absolver dos casos e peccados reservados, e ordem para que os párocos os não impidão, mas mandem abrir a igreja e tocar o sino, ou campainha para acudir o povo»<sup>28</sup>.

Estas missões poderiam realizar-se em qualquer época do ano, mas o período mais adequado era a Quaresma. Durariam, normalmente, quinze dias, no fim dos quais deveriam regressar à casa a que estavam adstritos. Quando se encontrassem em zonas muito distantes, em que deveriam continuar, ser-lhes-ia enviado aquilo de que careciam, mas no Sábado Santo todos regressariam para tomarem parte nos officios da Semana Santa.

As missões principiavam ao terminar o dia da chegada, em que um dos missionários fazia uma pregação de uma hora, com muitos exemplos, para explicar os Mistérios, e fazia um apelo à mudança de vida, ensinando os ouvintes a confessarem-se e avisavam que quem desejasse confessar-se viesse no dia seguinte.

Durante a missão, ensinavam também a doutrina às crianças.

Antes de partirem deviam programar o modo de se sustentarem.

Normalmente, estas missões eram muito bem sucedidas.

Alguns voluntários poderiam ir para as missões *ad gentes*, tendo alguns optado pela região de Pernambuco, no Brasil, e outros por Goa, no Oriente.

Gostaríamos, no entanto de chamar a atenção para a importância atribuída ao estudo e à formação intelectual, do maior interesse para o exercício da actividade missionária e para o correcto encaminhamento das almas. Por isso exigem aos seus membros que revelassem gosto e aptidão que se aplicassem ao estudo das letras «*como cousa tão necessária à perfeição que hão de ter de encaminhar as almas, mas com tal tento e sentido que o estudo não fassa dano à*

<sup>28</sup> Estatutos, fls. 11v-12. Dentro deste espírito, não admira o aproveitamento feito pelos Congregados de Braga, na sequência das informações que chegaram a esta cidade, relativas ao cataclismo provocado, em Lisboa, pelo Terramoto, de 1 de Novembro de 1755: – «Os Congregados de S. Filipe de Neri desde a tarde do dia 13 athe o fim do mez fazem praticas em as quaes instruem os ouvintes a fazerem confissoens bem feitas e fazerem penitencia e a pedir mizericordia a Deos» (cf. MARQUES, JOSÉ – «Estados do tempo e outros fenómenos, na região de Braga, no século XVIII». In: *Bracara Augusta*, vol. 50, Braga, Câmara Municipal, 2001-2002, p. 117.

virtude, e assim com licença do Prepósito e Perfeito e Deputados irão estudar *Philosophia e Theologia Speculativa ou Moral conforme o talento e necessidade de cada hum à parte que julgarem mais conveniente*»<sup>29</sup>.

Reconheciam a vantagem de ministrar o ensino na própria casa para evitar os inconvenientes das saídas. – «*E tanto que em casa houver comodidade para estudo o haverá logo por evitar os inconvenientes de o irem buscar fora. E em casa os aplicarão a que estudem e lhes darão tempo para isso*»<sup>30</sup>. E, além do ensino nas aulas, os Estatutos determinavam que na comunidade houvesse alguém habilitado para exercer uma função idêntica à do que nos colégios universitários se designava como *repetidor* – (uma espécie de *professor de estudos*), que devia acompanhar o estudo dos alunos, explicando-lhes aspectos que tivessem ficado menos claros ou mesmo lhes adiantasse informações consideradas necessárias: – «*Haverá algum sugeito capas que tenha o trabalho e o merecimento de lhes explicar e intruir no que elles estudarem e lhes fará suas conferencias sobre isso. Haverá também pelo menos duas vezes na semana conferencias de Moral por espaço de hũa hora, a que assistirão os Padres e presidirá o que for disso capaz*»<sup>31</sup>.

Nas casas onde houvesse estudos de Filosofia e de Teologia, como houve neste Oratório de Braga, ao Geral da Congregação incumbia a obrigação de instituir os Mestres: *Prepósito, Prefeito e Deputados*, que teriam de fazer profissão de Fé nas mãos do *Prepósito Geral*.

O Regente dos Estudos seria escolhido entre os Mestres mais antigos e todos deveriam ter presente que a preparação científica era indispensável para o bem da Igreja.

De acordo com as normas canónicas, ninguém poderia publicar livros ou artigos sem a devida autorização superior. Era o controlo a que não surgissem doutrinas menos correctas ou mesmo erróneas. Careciam do *Nihil obstat*.

Conhecemos algumas publicações de professores do Oratório de Braga, de que fizemos referência mais acima e temos notícia de outras, que, apesar da resistência do seu autor à sua publicação, felizmente, subsistiram, como, mais abaixo, teremos ocasião de revelar.

<sup>29</sup> Estatutos, fl. 21v.

<sup>30</sup> *Ibidem*.

<sup>31</sup> Estatutos, fl. 22.

### 3.2.2.1. O Oratório de Braga na «polémica» científico-cultural com os Jesuítas

Recordando aspectos culturais no Oratório de Braga, não podemos deixar de evocar a controvérsia entre Jesuítas e Oratorianos, de que se tem falado e escrito e que, neste momento, não é possível acompanhar em pormenor. Um dos autores que se preocupou com este tema foi José Sebastião da Silva Dias que, inclusive, mencionou as principais obras elaboradas sobre o assunto pelos partidários de cada uma destas correntes<sup>32</sup>.

Sem nos imiscuirmos nos aspectos das opções filosóficas e pedagógicas ligadas à temática em discussão, evocaremos, essencialmente, aspectos das temáticas e disciplinas preferidas nos *curricula* escolares e nos planos pedagógicos, sendo certo que uma das questões mais apaixonadamente discutida foi a do ensino do latim, com a *Arte* ou gramática do P.<sup>e</sup> Manuel Álvares no centro da polémica. Além da perturbação introduzida pela publicação do *Verdadeiro Método de Estudar* (Cartas 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup>)<sup>33</sup> e outros estudos, como o *Novo método da grammatica latina para uso das Escolas da Congregação do Oratório*<sup>34</sup>, do lado oratoriano, intervieram também o P.<sup>e</sup> Manuel Monteiro, que, em 1746, publicou um *Novo Método para se aprender Gramática Latina*<sup>35</sup>, cuja segunda parte data de 1749, e o P.<sup>e</sup> António Pereira de Figueiredo com o seu *Novo Método de Gramática Latina*, datando a primeira parte de 1752. À primeira vista poderia ser mais uma obra didáctica sobre a questão do ensino do latim que se vinha arrastando, mas as ideias expostas no seu Prólogo determinaram uma

<sup>32</sup> DIAS, José Sebastião da Silva – *Portugal e a Cultura Portuguesa (Sécs. XVI a XVIII)*, Coimbra, 1953, pp.143-162. Separata de «Biblos», vol. 28.

<sup>33</sup> VÉRNEY, Luís António – *Verdadeiro método de estudar*, ed. organizada pelo Prof. António Salgado Júnior. Vol. I. Estudos linguísticos, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1949.

<sup>34</sup> VÉRNEY, L. A. – *Novo método da grammatica latina para uso das Escolas da Congregação do Oratório na Real Casa de N. Senhora das Necessidades, ordenado e composto pela mesma Congregação*, Lisboa, Offic. de Miguel Rodrigues, 1753. Exemplar da Congregação de Braga: Biblioteca Pública de Braga [BPB], L. 56 A. Há outras edições de 1757 (L. 55 A) e de 1759 (L. 19).

<sup>35</sup> MONTEIRO, P. Manuel – *Novo método para se aprender a Gramática Latina, ordenado para uso das Escolas da Congregação do Oratório na Casa de N. Senhora das Necessidades. Oferecido a El Rey Nosso Senhor D. João V, pelo Padre Manoel Monteiro da mesma Congregação*. Parte I, Lisboa: Na Officina de Francisco da Silva. 1746. Exemplar da Congregação de Braga: BPB, L. 19, L. 25 A e 874 A.

forte reacção por parte da Companhia de Jesus, e, nesse mesmo ano, surgiu o *Mercúrio Gramatical*<sup>36</sup>; pouco depois, em 1753, veio à luz do dia o *Anti-Prólogo Crítico e Apologético*, directamente contra as posições patenteadas por Pereira de Figueiredo no referido Prólogo, e ainda um *Juízo Gramatical*.

Pereira de Figueiredo respondeu, primeiro, no novo Prólogo à segunda parte da sua obra e, depois, noutra publicação autónoma, intitulada *Defensa do novo methodo da grammatica latina contra o anti-prologo critico*<sup>37</sup>.

Em síntese, se os jesuítas preferiam as humanidades clássicas, onde o ensino do latim e do grego deviam pontificar, os oratorianos, inclinavam-se

<sup>36</sup> PHEREPONO, Philiarec – *Mercúrio gramatical, dirigido aos estudantes da língua latina de Portugal, com a noticia, do que na dieta da grammatica na sessão III se consultou e determinou sobre o methodo da grammatica latina, que para uso das escolas da Real Casa das Necessidades ordenou, e compoz a Congregação do Oratório*. Em Augusta: Na Imprensa de Martinho Veith, 1753, 87 p. Biblioteca U. J. Paulo II, cota: MC-8661.

Como amostra do tom da polémica a que nos estamos a referir, transcrevemos duas breves passagens desta obra, em que o autor, em jeito de quem, ao percorrer um imaginário palácio, onde, entre outras, se encontravam *As salas do pedantismo Gramatical* (p. 15), numa das primeiras, tendo-se fixado num quadro pintado de fresco, a que faltavam os últimos retoques e ainda não ocupava o local que lhe estava destinado, escreveu o seguinte: – «*Repárey nelle, e vi a hum homem, que mostrava não ter ainda muitos annos, o qual representava vivamente a acção de dar unhas em hum livro, que tinha aberto na mão. Quando eu, lendo o título, conheci que era a Arte do P. Manuel Alvares, ocorreo me logo hum chiste, já uzado em semelhantes circunstances*», que não reproduziu. O homem representado era o autor do *Novo Methodo da Gramática Latina* (pp. 12-13). Mais à frente, a propósito de um pequeno quadro, destinado a suprir a falta de espaço de outro, que o pintor não soubera dimensionar, após diversas considerações, a propósito do quadro supletivo, em que havia tropeçado, registou mais esta: – «*Repárey nelle, e vi pintado aquelle torpe animal que he symbolo da estupidez*», a roer a *Íliada de Homero* (pp. 14-15).

<sup>37</sup> DIAS, J. S. da Silva – *Portugal e a Cultura Portuguesa (Sécs. XVI a XVIII)*, pp. 144-146.

Finalmente, encontrámos duas destas obras mencionadas por J. S. da Silva Dias, na Biblioteca Universitária João Paulo II, da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, sendo uma, a referida na nota 36, e a outra a *Defensa do novo methodo da grammatica latina contra o anti-prologo critico, dividida em duas partes por Francisco Sanches*, Lisboa: Na Offic. de Miguel Rodrigues, 1754. 100 p. Biblioteca U. J. Paulo II, cota: GOERT-KE 3665/1.

Na introdução da parte I desta obra, depois de enumerar a série de trabalhos produzidos pelos filhos de Santo Inácio em defesa da *Arte* do P. Manuel Álvares, o P. António Pereira de Figueiredo contra-atacou assim: – «*A todos estes papeis, como fetos espúrios, ou adulterinos, procurarão seus Autores encobrir com nomes suppostos, julgando que só nas sombras deste disfarce se ocultava bem a sua ignorância e covardia. Pelo contrario os Autores do Novo Methodo, imitando aquelles antigos povos, que nas settas ervadas, com que fazião tiro a seus contrários, mandavão escritos seus próprios nomes; á cara descoberta se defendem a si, e offendem nobremente a seus contrários, não menos com as armas da modéstia que com as da verdade*» (pp. 4-5).

mais para as ciências exactas, privilegiando o ensino das matemáticas e as línguas modernas, nomeadamente, a língua materna, sendo também contrapostos os métodos pedagógicos<sup>38</sup>.

Apesar de não ser possível acompanhar esta discussão científico-pedagógica, recordamos que o P.<sup>e</sup> Manuel Monteiro no prólogo do *Novo Método para aprender a Gramática Latina* – obra dedicada a D. João V, defende que a exposição da Gramática Latina devia ser feita em vernáculo, para evitar que os alunos não entendessem as próprias lições. E em abono da sua posição invoca o facto de o P.<sup>e</sup> Bartolomeu de Alcaçar, da Companhia de Jesus, Prefeito dos Estudos Reais da Latinidade do Colégio Imperial de Madrid, ter ordenado que no resumo ou Epítome da Arte (*gramática*) de Nebrija o texto expositivo latino fosse traduzido para castelhano e as abreviaturas fossem desdobradas<sup>39</sup>. Por sua vez, Luís António Verney, na carta segunda, do *Verdadeiro método de estudar*, depois de censurar e enumerar a quantidade de livros que, em Portugal, se acrescentava no ensino da gramática latina do P.<sup>e</sup> Manuel Álvares, e de se fazer eco dos resultados negativos de tal ensino, avança para a defesa da exposição dessa matéria em língua vernácula. A título de exemplos, apresentamos, em rodapé, algumas das suas palavras<sup>40</sup>.

A questão, colocada, assim, de forma extremamente simples, teve mais interesse a nível do ensino médio, porque, no plano do ensino da Filosofia e

<sup>38</sup> É possível que a dimensão desta contenda se apresente um pouco árida a alguns dos presentes, mas nem por isso poderia ser deixada no esquecimento, pelo que representou no plano científico e cultural, tanto mais que certos mestres da comunidade bracarense nela tomaram parte activa, como as referências bibliográficas documentam.

<sup>39</sup> MONTEIRO, P. Manuel – O. c., pp. 5-6.

<sup>40</sup> VERNEY, L. A. – O. c., carta 2.<sup>a</sup>: – «Sei que em outras partes onde se explica a gramática de Manuel Álvares, também lhe acrescentam algum livrinho; mas tantos como em Portugal, nunca vi», passando a enumerá-los (p. 135). E mais à frente: – «ouvi dizer que ocupavam seis e sete anos estudando Gramática, e que a maior parte destes discípulos, depois de todo esse tempo, não era capaz de explicar por si só as mais fáceis cartas de Cícero. Confesso a V[ossa] P[aternidade] que não entendi isto, nem donde proviesse o dano» (pp. 137-138). Apoiado no consenso de «homens de bom juízo», prossegue e afirma: – «que qualquer gramática de uma língua, que não é nacional, se deve explicar na língua que um homem sabe. Se V. P. quisesse aprender Grego, e para este efeito lhe dessem uma Gramática toda grega, e um Mestre que somente falasse Grego, poderia, à força de acenos, vir a entender alguma palavra; mas não seria possível que aprendesse Grego. O mesmo sucederia em qualquer outra língua estrangeira» (pp. 139-140).

da Teologia, os próprios Mestres Oratorianos de Braga continuavam a escrever e a publicar as suas obras em latim. Quanto a estes dois aspectos do ensino superior, a título de exemplos – e sem podermos, de momento, aprofundar a questão – impõe-se invocar as duas obras de *Lógica* e *Metafísica*, da autoria do oratoriano P.<sup>e</sup> José Dias, cujos frontispícios apresentamos, e os dois manuscritos do P.<sup>e</sup> João Bernardes, da mesma Congregação, a que mais abaixo nos referiremos.

Ao alcance e à paixão com que esta controvérsia se desenvolveu, quanto ao ensino médio, dedicou António Cruz um extenso artigo, quando, em 1972, se comemorava o bicentenário da Reforma da Instrução Pública, de que a reforma da Universidade pelo Marquês do Pombal é o expoente máximo. As discussões em torno das mudanças a operar no ensino médio eram bastante anteriores, como acima ficou expresso, e foram sendo consagradas pelas medidas legislativas, tendencialmente, inseridas na linha da corrente defendida pelos Oratorianos, publicadas, sobretudo, a partir de 1759<sup>41</sup>, ano em que foi extinta a Companhia de Jesus, em Portugal.

Não dispomos de elementos quanto ao ensino secundário no Oratório de Braga, mas, no ensino superior – Filosofia e Teologia – continuavam a utilizar o latim nas suas publicações, pois, assim, além de outras vantagens de âmbito canónico, poderiam circular nos meios científicos e culturais estrangeiros.

Dado o acesso a algumas dessas obras, impunha-se chamar a atenção para o contexto histórico, cultural e pedagógico em que as mesmas surgiram e se difundiram, acentuando que estas obras eram de Mestres nos Congregados de Braga, contribuindo, assim, para se poder falar, com segurança, dos Estudos Superiores de Filosofia e Teologia do Oratório de Braga. Quanto à Filosofia, são

<sup>41</sup> Cruz, António – *Nota sobre a Reforma Pombalina da Instrução Pública*, Porto, Faculdade de Letras, 1972. No centro desta oposição entre a Companhia de Jesus e os Oratorianos, emerge António Félix Mendes – opositor da gramática latina do P.<sup>e</sup> Manuel Álvares –, que chegou a compor uma *Gramática Latina*, em 23 páginas, em oitavo, e por ela preparar, com êxito, segundo se dizia, alguns alunos para entrarem na Universidade. Quando alguns alunos apresentaram ao P.<sup>e</sup> Paulo Amaro, do Colégio de Santo Antão, uma dessas novas gramáticas latinas, pronunciou-se assim: – «Perdoe Deus a quem concedeu licença para se imprimir este agregado de parvoíces», afirmação que dá bem o tom do clima que então se vivia.

Entretanto, não se esqueça que as *Memórias* de António Félix Mendes fazem parte dos escritos que muito contribuíram para desprestigiar a Companhia de Jesus, junto do Marquês do Pombal (Cruz, A – O. c., pp. 11-13).

claro testemunho as obras de *Lógica*<sup>42</sup> e de *Metafísica*<sup>43</sup> do P.<sup>e</sup> José Dias (Figs. 5 e 6) editadas, respectivamente em 1783 e 1784; mas, em relação à Teologia, além de quanto, mais abaixo, afirmaremos sobre o perfil do P.<sup>e</sup> João Bernardes, como lente de Prima de Teologia, as suas duas obras de Filosofia, escritas em latim, conservadas manuscritas, confirmam a veracidade das palavras enco-miásticas com que o Cronista do Oratório bracarense o distinguiu<sup>44</sup>.

A consciência da importância desta Escola transparece na própria documen-tação régia, concedida a esta comunidade, a que já nos referimos.

Da actividade editorial do Oratório de Braga temos, para já, mais dois testemunhos, posteriores: um, de 1791, sobre a devoção das Dores<sup>45</sup> (Fig. 7), e outro, mais tardio, de 1818, que teve, por certo, larga difusão através de todo o Arcebispado de Braga, dado que se trata do *Diário Eclesiástico* (Fig. 8) – que, posteriormente, se poderia traduzir por *Ordo* e actualmente, por *Directório Litúrgico* – para esse ano<sup>46</sup>.

<sup>42</sup> DIAS, José – *Institutiones Philosophicae, quas e nobilissimis quibusque Philosophis collegit, concionavitque Josephus Dias presbyter Congregationis Oratorii Bracharensis, atque Philosophiae Rationalis Regius professor* – *LÓGICA* – Olisipone, ex Typographia Regia. Anno M. DCC. LXXXIII. Com facultate Régiae Curiae Censoriae (Frontispício – Fig. 1). Obra divulgada por LOPES, António da Costa – *Publicações de Oratorianos de Braga sobre Filosofia e sobre a devoção das Dores*, Braga, Irmandade de Nossa Senhora das Dores e Santa Ana dos Congregados, 2007, p. 9.

<sup>43</sup> DIAS, José – *Institutiones Philosophicae, quas e nobilissimis quibusque Philosophis collegit, concionavitque Josephus Dias presbyter Congregationis Oratorii Bracharensis, atque Philosophiae Rationalis Regius professor* – *METAPHISICA* – Olisipone, ex Typographia Regia. Anno M. DCC. LXXXIII. Com facultate Régiae Curiae Censoriae (Frontispício – Fig. 2).

<sup>44</sup> Embora mais à frente voltemos a referir-nos a estas obras, é conveniente mencioná-las neste momento: Ms. 181: – *Opusculum 1<sup>o</sup> Transnaturalem Philosophiam sive Logicam Sub auspiciis Augustissimae Coelorum Reginae Tradita a P.<sup>e</sup> Joanne Bernardes Congregatione Oratorii Accepit Ignatius Lopes ano Domini 1738*;

Ms. 182: – *Opusculum 2<sup>um</sup> Naturalem Philosophiam sive Physicam Compreendens Sub Auspiciis Coelorum Reginae Traditis a Patre Joanne Bernardes Congregatione Oratotii Accepit Ignatius Lopes. Anno Domini MDCCXXXVI Bracharae Augustae*.

<sup>45</sup> PEREIRA, P. Martinho – *Collecção sacro-dolorosa, correcta, e augmentada, em que se persuade a terríssima Devoção das Dores da Mai de Deos, e se ensinão muitos, e diversos modos de a observar, que a Jesus Christo crucificado dedica, e consagra o P. Martinho Pereira, da Congregação do Oratório de Braga*, Lisboa. Na Offic. de Francisco Luiz Ameno, M.DCC.XCI. Com licença da Rea<sup>l</sup> Meza da Comissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livres (Frontispício – Fig. 4).

<sup>46</sup> *Diario Eclesiastico da Arcebispado de Braga para o Anno de 1818, segundo depois do bissexto, feito por mandade de Sua Excellencia o Senhor D. Frei Miguel da Madre de Deus, Arcebispo,*

INSTITUTIONES  
PHILOSOPHICÆ,  
QUAS  
E NOBILISSIMIS QUIBUSQUE  
PHILOSOPHIS  
COLLEGIT, CONCINNAVITQUE  
JOSEPHUS DIAS  
Presbyter Congregationis Oratorii Bracha-  
rensis, atque Philosophis Rationalis  
Regius Professor.

*L O G I C A.*



OLISIPONE  
EX TYPOGRAPHIA REGIA  
ANNO M. DCC. LXXXIII.  
Cum facultate Regie Curie Censoriae

Fig. 5 – Frontispício da *Lógica* do P.<sup>e</sup> José Dias.

INSTITUTIONES  
PHILOSOPHICÆ,  
QUAS  
E NOBILISSIMIS QUIBUSQUE  
PHILOSOPHIS  
COLLEGIT, CONCINNAVITQUE  
JOSEPHUS DIAS  
Presbyter Congregationis Oratorii Bracha-  
rensis, atque Philosophis Rationalis  
Regius Professor.

*M E T A P H Y S I C A.*



OLISIPONE  
EX TYPOGRAPHIA REGIA.  
ANNO M. DCC. LXXXIV.  
Cum facultate Regie Curie Censoriae.

Fig. 6 – Frontispício da *Metafísica* do P.<sup>e</sup> José Dias

Chegados a este ponto e apesar da brevidade que nos impusemos e nos é exigida neste momento, na sequência da controvérsia Companhia de Jesus-Congregação do Oratório, não se poderá ignorar que após a violenta expulsão dos Jesuítas, em 1759, ficou aberto o caminho para o triunfo do mencionado projecto pedagógico promovido pelos Oratorianos e para o desenvolvimento e mais rápida penetração das ideias jansenistas, que encontravam apoio no poder régio, sendo legítimo inquirir até que ponto foram acolhidas no ambiente oratoriano bracarense.

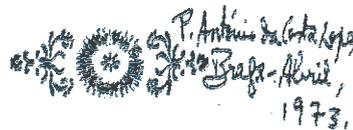
e Senhor de Braga, Primaz das Espanhas. Ordenado pela Congregação do Oratório de Braga. Porto. Na typ. da Viuva de Alvaro Ribello, e Filhos. Com licença da Mesa do Desembargo do Paço (Frontispício – Fig. 3).

COLLECCÃO  
SACRO-DOLOROSA,

CORRECTA, E AUGMENTADA,  
Em que se perluca a terrissima Douçura das Dores  
da Mãe de Deus, e se ensinam muitos, e aluere-  
ses modos de a obsequiar,

QUE  
A JESUS CHRISTO  
CRUCIFICADO

Dedicada, e consagrada  
OP. MARTINHO PEREIRA,  
Da Congregação do Oratório de Braga,



LISBOA

NA OFFIC. DE FRANCISCO LUIZ AMENO

M. DCC. LXXI.

Com licença da Real Mesa da Commissão Geral  
sobre o Ensino, e Conjuza dos Livros.

Fig. 7 – Frontispício da obra do P.<sup>o</sup> Martinho Pereira sobre o culto da Mãe das Dores.

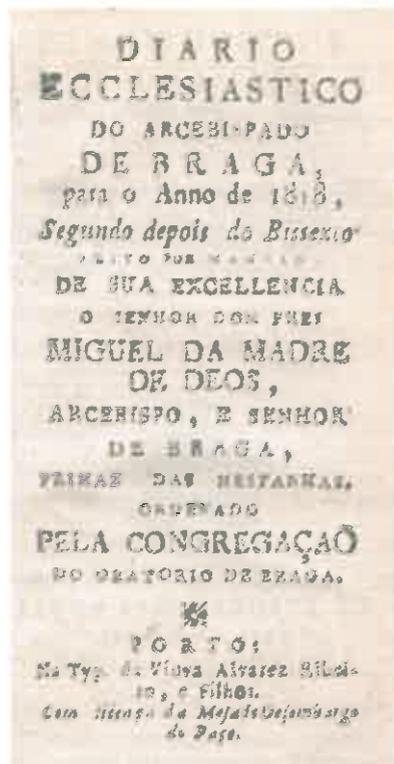


Fig. 8 – Frontispício do *Diario Ecclesiastico*.

Pelas biografias dos oratorianos traçadas pelo Cronista desta Congregação não é fácil obter qualquer informação segura neste sentido, até porque não ultrapassam o ano de 1771. Recorrendo, porém, a outras fontes de informação, a situação apresenta-se um pouco diversa ou, pelo menos, com indícios diferentes, havendo, inclusive, referências a teses preparadas sob a orientação do jansenista António Álvares, como aconteceu com António Pereira, do Oratório de Braga<sup>47</sup>, temática que não é possível desenvolver neste momento.

### 3.2.3. Estruturas do governo espiritual e temporal da comunidade

Apresentados alguns aspectos comuns da espiritualidade das comunidades da Congregação do Oratório, seguem-se as normas essenciais da organização interna das comunidades, com a especificação da estrutura administrativa – *prepósito, delegados e procurador* – e a menção dos responsáveis pelos cargos menores: *refeitoreiro, enfermeiro, roupeiro*, etc. –, cujas funções, neste momento, não parece oportuno nem significativo desenvolver.

Esta Congregação visava, antes de mais, a *perfeição dos sacerdotes* e pela sua acção a profunda reforma dos leigos. Valerá, por isso, a pena registar alguns termos em que se traduzia esta preocupação estatutária, de uma harmonia estreita entre o interior e exterior do sacerdote, segundo estas palavras de S. Jerónimo: – *«Omnia sacerdotis debent esse vocalia, ut veritatem, quam mente concipit, habitu resonet: ut quid quid agitur, quid quid loquitur de alterius sit et nihil de terra»*<sup>48</sup>, resumindo os Estatutos essa preocupação da seguinte forma: – *«e tudo o que obrarem e falarem há de soar a espírito e não a carne; a ceo e não a terra, ao eterno e não ao temporal»*, insistindo na modéstia de que todos deviam dar testemunho, chamando a normativa a atenção para alguns pontos concretos: – *«Andarão muito compostos de cabelo, sem sinal algum de gadelha»*, passando, de imediato, a deixar-nos uma imagem do hábito dos congregados: – *«Será o seu vestido de panno ou de outra cousa preta de lam, tirando baeta, será fechado por diante e ilhargas; dará pela fita do sapato e nem mais comprido, nem mais curto. O cabeção largo e alto à medida do pescoço com volta lavada mas sem punhos: cingir-se-hão com hũa correa. E não mudarão de vestido nem porão luto algum por morte ainda de Pay ou May. E por casa usarão roupoens de panno ou outra cousa preta de lemço o feitio de todos o mesmo. O chapeo será da terra, bastantemente grande e de hũa mesma forma, como o que agora se trás, que terão próprio, para que nunca se mude, com veo do mesmo chapeo»*<sup>49</sup>. O barrete dos sacerdotes seria de quatro cantos, grande; o dos irmãos leigos seria redondo.

<sup>47</sup> SANTOS, Cândido – *O Jansenismo em Portugal*, Porto, Faculdade de Letras, 2007, pp. 43-44.

<sup>48</sup> Estatutos, fl. 22.

<sup>49</sup> Estatutos, fls. 22v-23.

O *cubículo* ou quarto seria extremamente pobre, dispõe apenas de um crucifixo, uma cama vulgar, uma caixa de madeira, tosca, e alguns livros, que os outros estariam na biblioteca.

Entre os oficiais menores, mas indispensáveis, contavam-se: o irmão roupeiro e o refeitoreiro.

Durante as refeições havia leitura da Bíblia e de biografias de santos, sendo o leitor nomeado semanalmente.

Pretendia-se que os congregados não passassem necessidade, havendo, mesmo, a recomendação de uma atenção especial para com os fracos ou com os que tinham muito trabalho, mas sempre com licença do superior.

Entre as proibições expressas figurava a de «*não tomarem tabaco de nenhuma maneira, salvo com necessidade considerável e licença do Preposito, mas nem ainda assim o tomarão em público ou diante de gente de fora*»<sup>50</sup>.

Dispensamo-nos de percorrer o *horário de um dia normal*, bastando recordar que a hora de levantar era às 4, no Verão, e às 5 no Inverno; o jantar (*almoço*), às 11 e a ceia (*jantar*), às 8 da noite; deitar às 10 horas (22 horas).

Para melhor se compreender a natureza desta comunidade, convém observar que o Oratório – que, em Portugal, como já se disse, ficámos a dever à iniciativa do P.<sup>e</sup> Bartolomeu de Quental – foi instituído e aprovado *sem a exigência de votos ou quaisquer promessas* aos seus membros e que assim se devia conservar.

Era uma inovação adequada à época, como ao longo da História assistimos a outras mudanças, quer no âmbito monástico e religioso, bastando recordar as alterações verificadas, nas ordens monásticas, entre o monaquismo frutuosiense e a Ordem de S. Bento, no ramo cluniacense, e deste para o cisterciense, o aparecimento das ordens mendicantes, quer no plano diocesano, o fim da vida comunitária nos cabidos, iniciado no de Braga, por determinação de D. João Peculiar (1145), não sendo, por isso, de estranhar a instituição dos Oratórios: romano, francês e português.

### 3.3. *Algumas figuras ilustres*

Na falta dos arquivos que nos permitissem conhecer o número de congregados – sacerdotes e irmãos leigos – que aqui se entregaram à vida espiritual, durante os 147 anos de existência desta comunidade da Congregação do Oratório, desde a sua fundação, em 1687, até à abrupta extinção por Joaquim António de Aguiar, pelo decreto de 28 de Maio de 1834, teremos de nos limitar a recordar aqueles vinte e seis religiosos (padres e leigos), cujas vidas foram resumidas, com maior ou menor extensão para servirem de futura memória e exemplo a quantos aqui viessem a professar.

Esta série inicia-se com os aspectos mais importantes da vida do P.<sup>e</sup> Francisco Rodrigues, que veio para Braga com o P.<sup>e</sup> José do Vale para fundarem o Oratório nesta cidade, e faleceu durante os preparativos da concretização deste grande projecto de reforma espiritual na sede da Arquidiocese. Tratava-se de uma obra de grande interesse histórico e *religioso*, que ficou suspensa, a partir da memória do Irmão Manuel João, falecido no Hospício oratoriano de Monção, em 1771.

Os tempos passaram a ser cada vez mais difíceis para as instituições religiosas, sendo bem conhecida a tentativa pombalina, integrada no seu projecto de centralização do poder, conduzido à luz do absolutismo iluminista, de cercear e controlar as instituições eclesiásticas – monásticas, religiosas e diocesanas –, bem como a acção da nobreza e do povo.

Apesar de após a morte de D. José I, em 1777, o Marquês do Pombal ter caído, o reinado de D. Maria I, não obstante ser chamada *Pia*, não se afastou desse plano. A seguir, as ideias da Revolução Francesa, os efeitos desastrosos das Invasões napoleónicas e da Liberalismo, com a guerra civil de 1832 a 1834, não deixaram espaço para alimentar grandes iniciativas, mesmo nesta instituição, que tão excelentes frutos tinha dado.

Antes de procedermos a um rápido exame das referidas biografias disponíveis, deveremos recordar uma iniciativa que não teve grande sucesso na vida da Congregação do Oratório. Referimo-nos à prática da visita canónica, que, praticamente, após o Concílio de Trento, constituiu um dos importantes

factores da reforma das instituições diocesanas e religiosas<sup>51</sup>. Era também um meio privilegiado de os superiores conhecerem o estado das comunidades que lhes estavam confiadas e de poderem actuar, com segurança, sobre aqueles aspectos carecidos de atenção especial.

Nesse contexto, em 1702, o P.<sup>e</sup> José do Vale foi nomeado visitador geral das comunidades do Oratório em Portugal, por D. Miguel Ângelo, Arcebispo de Tarso, Abade de Conti, Barão Romano, dos Duques e Príncipes de Poli e Guadagnoli, etc., *Legado a Latere*, tendo como secretário o P.<sup>e</sup> Manuel Consciência, a quem o referido visitador deu comissão para rubricar o livro de registo dos termos das visitas<sup>52</sup>.

O plano ou inquérito da visita incluía os treze pontos seguintes, através dos quais se pretendia verificar a vitalidade de cada uma das comunidades da Congregação. Dada a clareza dos seus objectivos, dispensamo-nos de tecer extensas considerações sobre eles, apresentando-os de forma sucinta:

- 1 – Quanto à observância dos *Estatutos*, regras, etc.: silêncio, pontualidade na oração, prontidão na obediência, pobreza no trato próprio e dos cubículos e mais virtudes.
- 2 – Se vão às missões e se preparam as pessoas para esse ministério.
- 3 – Assiduidade ao confessionário.
- 4 – Se guardam os *Estatutos*, na vida da casa.
- 5 – O culto divino.
- 6 – Se é observada a clausura, se fecham as portas, moderação na residência.
- 7 – Atenção aos noviços.

<sup>51</sup> Sobre este importante assunto, vejam-se, essencialmente: Rolo, O.P., Fr. Raul de Almeida – Função apostólica da visita pastoral segundo o Venerável Bartolomeu dos Mártires, separata da *Lusitania Sacra*, Lisboa, tomo VI, 1963, 42 p., assunto retomado pelo mesmo autor, sob o título *A visita pastoral*, no capítulo II da sua dissertação de doutoramento *O Bispo e a sua missão pastoral segundo D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, Porto, Edição do Movimento Bartolomeano, 1964, pp. 115-165. SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva Soares – *A Arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e mentalidade pelas visitas pastorais*, Braga, 1997, pp. 204-340.

<sup>52</sup> ADB, *Congregação do Oratório*, O-27, fl.1.

- 8 – Se os superiores e outros oficiais cumprem as suas obrigações.
- 9 – Se arrecadam os bens com cuidado e se gastam com moderação.
- 10 – Se acodem às necessidades dos congregados, com prontidão.
- 11 – Se há diligência nos estudos, tanto da parte dos Mestres como dos discentes.
- 12 – Se entre os congregados há alguma discórdia, parcialidades, ranchos ou comunicações perniciosas.
- 13 – Se há na comunidade algum crime ou falta escandalosa, falta grave ou relaxação<sup>53</sup>.

A visita à casa de Lisboa começou, em 13 de Fevereiro de 1702, mas os depoimentos das pessoas ouvidas, que a documentação refere como “testemunhas”, sobre os vários pontos acima apresentados, acabaram por ser inutilizados por traçados de tinta para retirar ao relatório ou termo da devassa e visita o aspecto inquisitorial, que, naturalmente, não deixaria de ter, numa tentativa de lhe imprimir uma dimensão paternal e mais positiva. O termo desta visita ao Oratório de Lisboa foi assinado pelo visitador, P.<sup>e</sup> José do Vale, em Lisboa, no dia 2 de Outubro de 1702<sup>54</sup>.

A publicação da visita foi sendo lida nas casas de Lisboa, Viseu, Freixo de Espada à Cinta, Braga, Porto e Estremoz, até 18 de Outubro de 1703.

A visita à casa de Braga teve lugar, em Julho de 1703, sabendo-se por ela que aqui havia 12 padres e 7 irmãos leigos. Entre os sacerdotes, sobressaía o P.<sup>e</sup> Veríssimo Coelho, de 39 anos, que tinha estudado fora desta comunidade, mas outros revelavam deficiências na preparação intelectual, o que não é de estranhar, pois tinham decorrido, apenas, uns dezasseis anos sobre os seus primórdios<sup>55</sup>.

Mercê destas vicissitudes iniciais, o processo das visitas seguiu novo rumo, mas nem por isso o Oratório de Braga deixou de ser enriquecido por sacerdotes e irmãos leigos, verdadeiros exemplos de virtude para os congre-

<sup>53</sup> ADB, *Congregação do Oratório*, O-27, fls. 3-4.

<sup>54</sup> ADB, *Congregação do Oratório*, O-27, fls. 4-5.

<sup>55</sup> ADB, *Congregação do Oratório*, O-27, fls. 16-18v.

gados das diversas comunidades, e, em particular, para os desta, que com eles conviveram ou cuja memória mais facilmente lhes podia ser transmitida.

Na impossibilidade de nos determos em cada um deles, no quadro seguinte, apresentamos o seu elenco, com alguns elementos biográficos, mencionando, em notas de rodapé, as passagens das *Memórias*, que temos seguido, onde elas se encontram:

Anos do falecimento	Nome	Nascimento	Naturalidade	Filiação	Estudos / actividades	Entrada na Congregação
1686.07.13	P. Francisco Rodrigues (1)	1653	Veiros		Univ. de Évora (trasladado da Sé para os Congregados, em 3.11.1739)	Companheiro do P. José do Vale
1697	P. João de Moura (2)		Santa Senhorinha (Basto)	Francisco Vaz Passos e Maria de Moura	Pároco de S. Tiago de Chamoim	1693.12.25
1697/98	P. Bartolomeu de Quental (3)					
1698.07.24	Ir. António Pereira (4)	+/- 1684	S. Julião de Parada de Bouro	António Fernandes e Ana Francisca	Porteiro e roupeiro	89.09.29
1704.03.24	P. Francisco da Cunha (5)		Ganfei (Valença)	Francisco Afonso Melim e Maria de Bacelos		90.04.22
1704.12.21	P. José do Vale (6)	1650.09.18	S. Julião (Lisboa)	Manuel Rodrigo do Vale (ourives) e Mariana Jorge	Estudou Filosofia em S. Domingos de Benfica	1665

- (1) *Memórias*, fls. 6v-11v. Sobre a trasladação, ver fls. 97-97v.
- (2) *Memórias*, fls. 15-15v.
- (3) *Memórias*, fls. 17v-18.
- (4) *Memórias*, fls. 16-17v.
- (5) *Memórias*, fls. 19-21.
- (6) *Memórias*, fls. 21-35v.

Anos do falecimento	Nome	Nascimento	Naturalidade	Filiação	Estudos / actividades	Entrada na Congregação
1706 Trasladado em 1718	P. Manuel de Vasconcelos (7)	Baptizado 1644.02.09	Ilha da Madeira	Manuel de Vasconcelos (fidalgo) e Maria de Vasconcelos	Tropa (aboletado) estudou Filosofia e Teologia	1673.05.21
1715.01.15 (c/ 79)	P. Francisco Gonçalves (8)	1636	S. Tiago de Pias		Foi antes ao Brasil como Padre	1688.3.12
1723.10.02	P. Pedro Godinho (9)		S. Tiago de Lobão (Feira)	Pedro Jorge e Maria Manoel	Exemplo de silêncio e vida interior	1712.02.02
1727.12.01	P. Feliciano da Silva (10)	1657.01.14	S. Vicente (Braga)	Domingos Francisco e Ângela Francisca	Padre Diocesano. Pedia para a obra da igreja	1694.12.25
1730.11.09 (c/ 75)	Ir. João Marinho (11)	1655	Tabuaço, Barcos (Lamego)	Domingos Luís e Filipa Marinha	Criado de Manuel Pina	1687.06.02 (conv. do P. J. Vale)
1732.05.16 (c/ 80)	Ir. João Luís (12)		Barcos (Lamego)	Domingos Antunes e Maria Luís		1687.07.02
1739	P. João Ferreira (13)	c. 1641	S. Torquato (Guimarães)	Tomé Mendes Maria e Francisca	Filosofia em Braga e Teologia na Univ. de Coimbra	1701 (vida complexa e exemplar)

- (7) *Memórias*, fls. 36-65. Sobre a trasladação, ver fls. 69-69v. Merecem atenção os seus «diálogos» ou «colóquios» com Jesus Cristo, integrados na sua «biografia»: cf. *Memórias*, fls. 41v-45 e 53v-54v.
- (8) *Memórias*, fls. 66-66v.
- (9) *Memórias*, fls. 70-70v.
- (10) *Memórias*, fls. 71-72v.
- (11) *Memórias*, fls. 73-77v.
- (12) *Memórias*, fls. 78. Faleceu com um estupor.
- (13) *Memórias*, fls. 79-93.

Anos do falecimento	Nome	Nascimento	Naturalidade	Filiação	Estudos / actividades	Entrada na Congregação
1739.09.12	P. Joaquim Fernandes (Viúvo. ordenado, em 1687) (14)		Vila de Viana	Francisco Fernandes Piado e Apolónia Domingues de Barros (3.ª mulher)	Direito Civil em Coimbra. Advogado. casou em Subportela. Desembargador da Relação de Braga, etc.	1710.05.10
1741.04.17 (c/ 68)	Ir. Francisco Mendes (15)	c. 1673	S. Salvador de Tagilde	Tomé Mendes Maria Álvares	Regressado do Brasil, casou em Braga. Devoto da Paixão de Cristo	1733.10.04
1741	P. Manuel Antunes (16)	1716.02.02	Caneiro (2 léguas de Faro)	Custódio Francisco dos Reis e Sabina Antunes (lavradeira)	Impressionante exemplo de virtudes	1735.05.03
1745.04.21	D. Paulo Francisco (4 irmãos) (17)	1660.01.04	Braga	Domingos Francisco e Ângela Francisca	Teve 3 irmãos padres nesta Congregação. Todos exemplares	1705.01.15
1745.05.03	P. Manuel Veiga (18)		Lisboa	Roque Cardoso da Rocha e Isabel Ferreira	Obediente e resignado nos sofrimentos	1727.12.25
1745.10.19 (c/ 80)	P. Manuel de Lima (19)	1665	Santa Maria de Távora (Arcos)	Frutuoso Lima e Isabel Soares	Extremamente exemplar	c. 1689

(14) *Memórias*, fls. 93v-97.

(15) *Memórias*, fls. 100-101.

(16) *Memórias*, fls. 102-111v.

(17) *Memórias*, fls. 114-119v.

(18) *Memórias*, fls. 120-120v

(19) *Memórias*, fls. 120v-123v.

Anos do falecimento	Nome	Nascimento	Naturalidade	Filiação	Estudos / actividades	Entrada na Congregação
1746.11.01 (c/ 71)	P. Tomás Francisco (20)	1675	Braga	António Francisco e Luísa Ribeiro	Mestre de gramática. Morreu de gota.	1717
1759.12.13 (c/ 75)	P. António Barbosa de Faria (21)		Santa Maria de Lijó (Barcelos)	António Barbosa de Faria e D. Maria da Silva	Teve Ordens menores. Casou. Teve dois filhos. Ordenou-se na Congregação do Oratório	1732.08.? (17? = 27 de Congregação)
1752.02.07	Ir. Manuel de Oliveira (22)	1670	S. Salvador de Cervães	Gregório Domingues e Ângela Dias	Roupeiro zelozíssimo	1696.03.25
1756.02.26	Ir. Manuel Pereira (23)	1682	S. Miguel de Carreiras (Couto de Cambeses)		Foi casado. Viúvo em 1752.11.26. Depois foi para o hospício de Monção	1752.12.8
1765	P. António de Barros (24)	1737.01.24	Braga	(Filho único varão, com irmãs)	Estudou Teologia na escola pública o Oratório	1757.12.08 (exemplo de amor de Deus e a Nossa Senhora)
1765.11.16	P. José Pinheiro (25)	c. 1719	Vila de Guimarães	Nicolau Pinheiro Salgado e Ângela de Matos	Bacharel em Coimbra. Capucho. Advogado em Guimarães	1755.05.26

(20) *Memórias*, fls. 124-125v.

(21) *Memórias*, fls. 133-136v.

(22) *Memórias*, fls. 137-138.

(23) *Memórias*, fls. 140-144v.

(24) *Memórias*, fls. 151-165v.

(25) *Memórias*, fls. 166-167v.

Anos do falecimento	Nome	Nascimento	Naturalidade	Filiação	Estudos / actividades	Entrada na Congregação
1767.03.25	P. João Bernardes (26)	1702.11.?	S. Cristóvão de Rio Tinto (Porto)	Manuel Bernardes e Maria Ferreira	Estudou Filosofia e Teologia. Mestre exímio em diversas disciplinas	1720.02.02 (c/ 17 anos) (ver fl. 171 Monção)
1769.12.25 (c/ 67)	P. Cláudio Feriz (27)	1702.10.25	Marselha (Braga-Monção)	Nicolau Feriz Ana Taron	Morreu superior em Monção	1727.12.25
1771.7.2 (c/ + de 80)	Ir. Manuel João (28)	c. 1671	S. Lourenço de Asbes (Porto)	Pedro Francisco Maria João	Foi ao Brasil. Não aceitou o casamento proposto.	1738.05.15 (foi quinqüênio)

Este elenco de sacerdotes e irmãos leigos que o cronista seleccionou como modelos de congregados e exemplos de virtudes provadas, falecidos durante os primeiros noventa anos de existência desta instituição, acentua bem o nível de vida espiritual desta comunidade, sistematicamente, transmitida à população bracarense, assídua frequentadora desta igreja.

Neste conjunto, deparámos com dezanove sacerdotes e sete irmãos leigos que foram verdadeiros faróis para os membros da comunidade e de quantos se encontravam com eles nesta igreja, sendo fácil a quem desejar tal informação verificar a dispersão geográfica da proveniência destes virtuosos congregados, desde o Alto Minho (S. Tiago de Pias e Ganfei) até ao Caneiro, nas proximidades de Faro, a Veiros, no Alentejo, havendo notícia de um da ilha da Madeira e de outro oriundo de Marselha, França, que tendo passado pelas casas de Lisboa e Braga, veio a falecer no Hospício de Monção. Quatro eram naturais da cidade de Braga, mas Guimarães, Barcelos, Viana estão também representadas, bem como diversas dioceses do Reino.

(26) *Memorias*, fls. 170-174v.

(27) *Memorias*, fls. 175-176

(28) *Memorias*, fls. 176v-180.

Se o tempo o permitisse, poderíamos evidenciar o espírito de fé, confiança em Deus e perseverança, de que, no meio das inúmeras dificuldades, os fundadores da Congregação do Oratório de Braga e os responsáveis pela construção da bela igreja, cujo restauro estamos a celebrar, bem como do Hospício fundado na vila de Monção, nos deixaram expressivos exemplos; outro tanto se impunha fazer em relação aos diversos sacerdotes e irmãos leigos, possuidores de abundantes bens e facilidades na vida social, que a tudo renunciaram para se dedicarem à vida de intensa união com Deus e ao serviço do apostolado, quer pela difusão da prática dos exercícios da oração mental, dos ministérios da reconciliação e da eucaristia, não faltando também os que sobressaíram pelos méritos intelectuais, de que, não obstante a mencionada angústia de tempo, valerá a pena anotar alguns exemplos.

Apresentamos, em primeiro lugar, o caso do P.<sup>e</sup> Joaquim Fernandes, natural da vila de Viana, falecido em 12 de Setembro de 1739, cujo percurso humano é, deveras, interessante. Formado em Direito Civil e Canónico, na Universidade de Coimbra, exercia a advocacia e casou com Isabel Maciel, da qual teve três filhos. Exerceu diversos cargos civis, e tendo enviuvado, foi ordenado sacerdote por D. Luís de Sousa, que, entre outras, lhe confiou as funções de Desembargador da Relação de Braga e de reitor da igreja paróquial de Adaúfe, acabando por entrar nesta Congregação. Chegou aos 90 anos, com boa saúde e em pleno uso das suas faculdades mentais. A melhor forma que o memorialista encontrou para lhe traçar o perfil humano e espiritual foi socorrer-se das suas próprias palavras, recolhidas quando o ouviram a falar consigo próprio, a recordar os vários cargos desempenhados: — «*Joaquim, foste Advogado, Juiz dos Reziduos, e dos Cazamentos, Provisor e Reytor de Adaúfe; foste solteiro, cazado e viúvo; es Sacerdote e Congregado: graças a Deus, que tantos e tão diversos estados e officios, não te lembra couza que te faça pezo grave na consciência: graças a Deus, graças a Deus*»<sup>56</sup>.

Como expoente no âmbito dos conhecimentos e ensino das ciências sagradas: Filosofia, Teologia, História Eclesiástica e, inclusive, Geografia, basta citar o caso do P.<sup>e</sup> João Bernardes, nascido em 1702, na freguesia de S. Cristó-

<sup>56</sup> *Memorias*, fl. 96v.

vão de Rio Tinto, bispado do Porto, que entrou nesta Congregação, em 1720, com 17 anos. Aqui retomou o estudo da Filosofia, com o famoso mestre, P.<sup>e</sup> José Martines, que viera da Congregação do Porto para a ensinar em Braga. Estudou depois Teologia com avaluados mestres e após a ordenação sacerdotal foi destinado ao magistério, onde mais se revelaram os seus talentos e dedicação às funções que lhe foram confiadas.

Logo em 1729, apenas com 27 anos, foi nomeado lente da Cadeira de Prima de Teologia, na Escola aqui existente, tendo continuado por muitos anos a ensinar Filosofia e Teologia, com grande aproveitamento dos alunos, afirmando o Cronista da Congregação «*que os da Caza quasi todos foram Mestres, e muitos de fora occuparão grandes empregos e dignidades. As suas postillas tiveram hum aplauso universal, e ainda hoje se tem por feliz quem as alcança: mas e comtudo, elle, temendo-se do subtil ar da vaidade, não quis dá-las ao prelo, por mais que homens doutos, representando-lhe a utilidade publica, lhe pedirão que o fizesse. A clareza em explicar, a promptidão e agudeza em responder, lhe merecerão hum huniversal aplauso e a aclamação de Sábio: porém, sobre tudo, a força de seus argumentos lhe grangeou o nome de Mestre o mais famoso, e temível do seu tempo. Era como adágio entre os outros Mestres que se não podião defender conclusões em Braga, enquanto o P. João Bernardes fosse vivo. Parecia que este grande homem, alias de génio brando e affavel, se esquecia, quando argumentava, de toda a sua natural brandura; pois não só a força de suas razoens, mas a arte de as expor, a efficacia e valentia no dizer, de tal sorte, ou atemorizavão ou enganavão os defendentes, que ordinariamente, se vião, sem advertir, colhidos em hũa rede, da qual se não podião facilmente sahir, sem que retratassem o que já incautamente havião concedido ou negado: mas comtudo, não se esquecia elle da religiosa modéstia, que devem observar os arguentes, não offendendo com algum dito mordaz aos que deffendem nem ensobervecendo-se com a victoria, quando a alcançãõ; e daqui nascia entregarem-lhe os ouvintes com mayor gosto a mesma palma da victoria»<sup>57</sup>.*

Foi longa a citação desta passagem da *Memória* ou *Crónica*, que poderíamos continuar com referências a outros ramos do saber em que era exímio, às

<sup>57</sup> *Memórias*, fls. 170v-171.

numerosas consultas que lhe faziam pessoas cultas e importantes, chegando, mesmo, a ser nomeado Bispo de Miranda, tendo sabido desculpar-se e evitar a concretização desse projecto.

Sofreu, resignadamente, a traição que alguns adversários lhe urdiram, fazendo chegar ao conhecimento do monarca, D. José, um texto, pretensamente do P.<sup>e</sup> João Bernardes, em que se visava negativamente o governo do Arcebispo de Braga, D. Gaspar de Bragança, cujo efeito imediato foi o seu desterro para a comunidade de Freixo de Espada-à-Cinta, durante um ano. Quando, porém, se descobriu a verdade e se reconheceu a sua inocência, foi o próprio Arcebispo que o mandou regressar a Braga.

É um claro exemplo das nefastas consequências a que a inveja e a maledicência podem conduzir, mesmo em instituições eclesiásticas!

De novo em Braga, continuou com os seus exercícios, tanto nesta cidade, como em Monção, onde, às vezes, ia descansar.

Faleceu, em 25 de Março de 1767, festa da Anunciação do Anjo a Nossa Senhora<sup>58</sup>, mas da sua autoria, apesar da recusa à publicação, subsistem, no Arquivo Distrital de Braga, dois manuscritos de Filosofia, respectivamente designados: Ms. 181: – *Opusculum 1<sup>o</sup> Transnaturalem Philosophiam sive Logicam Sub auspiciis Augustissimae Coelorum Reginae Tradita a P.<sup>e</sup> Joanne Bernardes Congregatione Oratorii Accepit Ignatius Lopes ano Domini 1738, Bracarae*; e Ms. 182: – *Opusculum 2<sup>o</sup> Naturalem Philosophiam sive Physicam Comprendens Sub Auspiciis Coelorum Regine Traditis a Patre Joanne Bernardes Congregatione Oratotii Accepit Ignatius Lopes. Anno Domini MDCCXXXVI Bracharae Augustae*, redigidos quando tinha, respectivamente, 36 e 34 anos e estava em pleno vigor intelectual, que, apesar de mencionados na nota 26, não hesitamos recordar também neste momento.

Em 1 de Novembro de 1765 – menos de dois anos antes da morte do P.<sup>e</sup> João Bernardes – tinha falecido o P.<sup>e</sup> José Pinheiro, nascido em 1719, na vila de Guimarães, com um *curriculum vitae* interessantíssimo, cujos últimos dez anos (1755-1765) foram passados nesta comunidade oratoriana. Depois de se ter graduado em bacharel, na Universidade de Coimbra, passou algum tempo

<sup>58</sup> Ao contrário do que aconteceu com o P.<sup>e</sup> João Bernardes, de que subsistem dois manuscritos referenciados no texto, do P.<sup>e</sup> José Dias, professor de Filosofia no Oratório de Braga, conhecemos, os dois livros da sua autoria, cujos frontispícios reproduzimos.

com os Capuchinhos, mas voltou ao século e exerceu a advocacia, até entrar nesta Congregação do Oratório.

Apesar destas figuras de sacerdotes, que sobressaíram pela virtude e pelo saber nas ciências jurídicas e sagradas, não poderíamos omitir o exemplo de dedicação e o testemunho de vida do Fundador deste Oratório, P.<sup>e</sup> José do Vale, que tinha feito a sua preparação filosófica na escola dos Dominicanos de S. Domingos de Benfica, vindo a falecer, em 21 de Dezembro de 1704.

Dois anos depois, deixava este mundo o seu grande colaborador na fundação desta comunidade oratoriana de Braga, que foi o P.<sup>e</sup> Manuel de Vasconcelos, cujos «diálogos» com o Senhor e os «ditames que meu Senhor Jesu Cristo me ensina para meu aproveitamento» – mesmo que tenham sido escritos para servirem de exemplos de reflexão a apresentar nas suas meditações, pelo tom coloquial com Jesus, pureza de doutrina e estímulos morais, constituem um testemunho fecundo da espiritualidade que pretendia difundir<sup>59</sup>.

Tendo falecido em 1706, foi sepultado na Sé, donde foi solenemente trasladado para a nova igreja dos Congregados, em 1718, como se pode verificar pela memória chegada até nós.

Em contraste com estes vultos da erudição e cultura no Oratório de Braga e, igualmente, exímios noutras virtudes, incluindo a humildade, poderíamos mencionar alguns irmãos leigos, como exemplos de perfeição nas tarefas inerentes aos serviços que lhes estavam confiados, valendo por todos a notícia do Irmão Manuel de Oliveira, natural de Cervães, do actual concelho de Vila Verde, roupeiro zelozíssimo, falecido em 7 de Fevereiro de 1752, que, apesar de o médico lhe ter prescrito repouso absoluto, pouco depois da saída do clínico, foi encontrado na rouparia a dobrar algumas peças de roupa. Interpelado e advertido das prescrições médicas, respondeu que quem viesse depois não podia ver aquela roupa em desordem...<sup>60</sup>

<sup>59</sup> Memórias, fls. 41v-45 e 53v-54v.

<sup>60</sup> Memórias, fls. 137v-138.

#### 4. Conclusão

De quanto se disse acerca da fundação do Oratório de Lisboa pelo P.<sup>e</sup> Bartolomeu de Quental, que, durante a fase de reconhecimento por parte da Santa Sé, teve de ir abdicando de algumas das suas particularidades iniciais para se aproximar dos *Estatutos* do Oratório Romano de S. Filipe de Neri, não faltando também quem veja nestes *Estatutos* influências do instituto do Cardeal Pedro Bérulle, vale a pena acentuar como em Portugal se foram implantando as suas comunidades como poderosos focos de renovação espiritual, entre a clerezia diocesana ou secular, contando-se, a Norte do Douro, com as casas de Freixo de Espada à Cinta, Porto, Braga e Monção.

O Oratório de Braga, após o entusiasmo inicial, teve de enfrentar obstáculos poderosos, que obrigaram a suspender, desde 1717, por mais de quatro décadas, a conclusão da sua igreja, até à execução da fachada, cujo risco tem sido atribuído a André Soares, que a integrou, perfeitamente, na traça anterior, vindo a ser concluída, em 1766.

Apraz-nos evocar a Escola pública aqui existente, com relevo para os cursos de Filosofia e de Teologia, podendo-se afirmar que, em 1718, esta comunidade já contava quarenta membros, que se incorporaram na trasladação dos restos mortais do P.<sup>e</sup> Manuel de Vasconcelos, acima referida, bem como para a sua vasta biblioteca, cujo catálogo se conserva no Arquivo Distrital de Braga<sup>61</sup>.

As publicações em latim de alguns dos seus membros, obrigam a atenuar os contornos da polémica entre jesuítas e oratorianos, sobre a qual se tem falado e escrito, sem, no entanto, se ter dito, ainda, a última palavra.

Julgamos que se impõe reunir as informações relativas aos estudos de Filosofia e de Teologia realizados neste Oratório e no Convento do Pópulo, que, além de permitirem algum contributo para o esclarecimento da referida controvérsia no âmbito das opções filosóficas e pedagógicas, permitirão aprofundar um interessante capítulo sobre o ensino superior da Filosofia e da

<sup>61</sup> ADB, *Fundo Monástico-conventual*. O-1 – *Bibliothecae Congregationis Oratorii Bracharensis. Index alphabeticus notis historicis atque criticis illustratus* (1809).

Teologia, em Braga, no século XVIII, aspecto omissos na história da Cultura, na cidade primaz.

Se o Arcebispo D. Luís de Sousa acolheu e protegeu os fundadores deste Oratório, sabemos, igualmente, que esta instituição, em momentos difíceis – diremos, mesmo, decisivos – beneficiou da protecção régia, como os documentos acima transcritos evidenciam.

Com estas notas sobre alguns aspectos da vida do Oratório de Braga, gostaríamos que os frequentadores desta igreja, em número crescente, se fossem apercebendo de que por trás da sua bela fachada, cujo restauro festejamos, se desenvolveu, desde o último quartel do século XVII, um intenso esforço dinamizador da vida espiritual, que, adaptado para responder às realidades do nosso tempo, continua a situar esta igreja na linha da vitalidade que outrora daqui irradiava.

Braga, Basilica dos Congregados, 12 de Janeiro de 2009.

## Igreja da Misericórdia

### História breve

#### (II)

CÓNEGO ANTÓNIO DA SILVA MACEDO\*

### 1. Pórtico

O arco mandado construir por D. Diogo de Sousa em 1512, na entrada da rua que hoje tem o seu nome, foi demolido em 1778 para alargar a Porta da Cidade.

Aconteceu quase o mesmo com o “Pórtico da visita guiada” à Igreja da Misericórdia. Foi quase destruído para ser alargado à medida das informações que chegaram ultimamente, aproveitando algumas pedras do primitivo “Pórtico”.

Quando foi publicado o primeiro artigo sobre a Igreja da Misericórdia, na *Revista da Misericórdia* n.º 1, em 2005, ainda as obras não estavam concluídas. Mas “*O empenho da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Braga, empossada recentemente na sua Igreja renovada, justificou a urgência desta edição. Há toda a vontade de fazer coincidir a sua publicação com a abertura ao público da igreja da Misericórdia.*”<sup>1</sup>

\* Capelão da Santa Casa da Misericórdia de Braga  
Reitor da Igreja da Misericórdia.

<sup>1</sup> Cf. *Revista Misericórdia de Braga*, n.º 1, 2005, p. 146. (Ao longo deste trabalho, os textos em itálico, com pequenos acertos, são citação da primeira publicação, indicando-se as respectivas páginas.)